

Título: Avaliação no Ensino Superior no Brasil atual: dimensões formativas e de políticas pública

Nível: Especialização (Lato-Sensu)

Professora Orientadora: Doutora Elisa Maria Cordeiro da Paixão

Palavras-chave: avaliação, avaliação formativa, políticas públicas, ensino superior

Resumo

Este trabalho se ocupou de diversas pesquisas direcionadas na avaliação no Ensino Superior no Brasil atual, tendo como eixo central duas vertentes, a dimensão da avaliação formativa e a dimensão de políticas públicas. Elencamos entre os objetivos examinar ambas as dimensões e as perspectivas do Ensino Superior no Brasil.

Optamos para usar como metodologia a pesquisa bibliográfica no qual ao longo desta trajetória se configurou em quatro capítulos e as discussões e conclusões.

Nossa fundamentação teórica apoiou em estudos de Demo (2006), Juliatto (2005), Zabala (2007) e Stallivieri (2009) no qual buscou aclarar e responder de que forma as dimensões da avaliação formativa e de políticas públicas contribui para o Ensino Superior no Brasil atual?

Para além de revelar a contribuição de ambas às dimensões, percebemos que elas são indispensáveis no cenário educacional, pois a priori está inserida em qualquer esforço realizado na implantação de uma avaliação que tenha o objetivo de alcançar a excelência.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC/SP

KLEBER MARIN

**AVALIAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL ATUAL:
DIMENSÕES FORMATIVAS E DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

SÃO PAULO

2010

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC/SP

KLEBER MARIN

**AVALIAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL ATUAL:
DIMENSÕES FORMATIVAS E DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

Monografia apresentada como exigência parcial do título de Especialista em Magistério do Ensino Superior pela Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão (COGEAE) da PUC/SP.

Prof. Orientador: Doutora Elisa Maria Cordeiro da Paixão

SÃO PAULO

2010

Sumário

Apresentação.....	4
Justificativa.....	6
Introdução.....	8
Cap. 1- Concepção de avaliação desde sua esfera político-social.....	14
1.1- A competência versus competitividade na educação.....	14
1.2- A ideologia da avaliação versus democracia.....	18
1.3- A aprendizagem formal e política.....	22
1.4- Os mitos da educação brasileira.....	27
Cap. 2- Políticas Públicas de avaliação na educação.....	32
2.1- Olhar positivo das políticas públicas.....	32
2.2- A administração acadêmica sob a ótica da gestão.....	35
2.3- A garantia da qualidade institucional.....	39
2.4- Avaliação quantitativa e qualitativa.....	43
2.5- Especificidades da avaliação do ensino superior.....	47
2.6- Um exemplo de avaliação Institucional.....	51
2.7- Sugestão institucional (sucesso, processo e prática).....	53
Cap. 3- A avaliação da aprendizagem.....	61
3.1- Avaliação tradicional versus formativa.....	61
3.2- Os conteúdos (factual, conceitual, procedimental e atitudinal).....	65
3.3- E as notas, o que eu faço?.....	69
Cap. 4- Panorama histórico da avaliação do Ensino Superior no Brasil.....	75
4.1- Um breve relato Latino Americano sobre o Ensino Superior.....	75
4.2- Breve relato da história da universidade brasileira.....	77
4.3- O sistema de ensino superior no contexto atual.....	79
4.4- A instituição de ensino superior e sua organização acadêmica	83
4.5- Estruturas dos programas de ensino superior.....	87
Cap. 5 Discussões e Conclusões.....	91
Referências.....	96

Apresentação

Durante a minha experiência desde 2006, atuando como docente no ensino fundamental para crianças de 1ª a 4ª série e jovens e adultos de 1ª a 8ª série, entre as várias inquietações no que corresponde a minha formação profissional, a avaliação se tornou um tema sempre presente no meu trabalho.

Ao propor uma atividade ou mesmo avaliações instituídas pelas unidades escolares durante todo esse processo, sempre surgiram várias questões, entre elas, como oferecer avaliações que garantam um avanço significativo? O que observar durante as avaliações? O que fazer depois dos resultados obtidos?

Quando iniciei o curso de magistério do ensino superior com a proposta de trabalhar neste segmento, fui me apropriando de informações que me ajudaram principalmente no que se refere às questões didáticas e metodológicas.

No primeiro semestre de 2009 na disciplina de didática no curso de magistério do ensino superior tive contato com o tema avaliação e percebi que este assunto abrange vários aspectos. Vejamos:

Aspectos sociais, quando propomos uma avaliação há a perspectiva de que o conteúdo trabalhado desenvolva competências no aluno para serem exercidas na sociedade em momentos posteriores.

E, além disso, a avaliação espalha-se em proporção rápida com relação à ocasião anteriores, revelando interesses no que diz respeito à demanda de mercado, levando-a a elaboração de medidas pelas instituições e pelo poder público. Conforme Juliatto:

A avaliação difunde-se em ritmo acelerado, seja nos sistemas educacionais em geral, seja nas instituições de ensino superior, ora assumida espontaneamente pela entidade educativa, ora como imposição do poder público. (2005, p.183)

Aspectos formativos, o procedimento avaliatório tendo em vista a história da educação no Brasil apresentam-se fundamentado em duas perspectivas de

ensino. A primeira no modelo tradicional em que a educação está designada a selecionar e promover os alunos que se adaptaram ao ensino.

Numa concepção do ensino centrado na seleção dos alunos mais preparados para continuar a escolarização até os estudos universitários, é lógico que o sujeito de avaliação seja o aluno e que se considerem objeto da avaliação as aprendizagens alcançadas em relação às necessidades futuras que foram estabelecidas – as universitárias. Desta forma se dá prioridade a uma clara função sancionadora: qualificar e sancionar desde pequenos aqueles que podem triunfar nesta carreira até a universidade. (ZABALA, 1998, p.197)

A segunda perspectiva refere-se ao ensino em que está a favor do desenvolvimento individual, ou seja, um modelo em que há o respeito à singularidade de cada aluno. Como explica ZABALA (1998) “O objetivo do ensino não centra sua atenção em certos parâmetros finalistas para todos, mas nas possibilidades pessoais de cada um dos alunos”. (p.197)

Assim sendo, uma das concepções sobre este tema que me chamou a atenção, foi sobre a concepção de avaliação formativa, que, de maneira resumida, procura envolver o professor e aluno no processo educacional, isto é, perceber diariamente quais aspetos precisa ser melhorado para uma real aprendizagem.

Justificativa

Desde o final da década de 1990 as instituições de Ensino Superior no Brasil expandiram-se de tal maneira que a formação humana ficou de certa forma deixada de lado. Conforme Stallivieri:

Dada à inviabilidade, especialmente das questões financeiras e de recursos humanos, natural é que surjam diferentes tipos de instituições. Ou seja, mesmo diante da demanda e das possibilidades de absorção por parte do mercado e do espaço para o crescimento do setor educacional, nem todas as instituições conseguem manter o seu status universitário. (2009,p.12)

Desta forma os estabelecimentos de Ensino Superior preocupados em ganhar espaços territoriais e empresariais se fortaleceram de maneira que inúmeras faculdades, centros universitários e universidades adotaram mecanismos corporativos.

Com apoio internacional, movido pelo mercado financeiro, Instituições de Ensino Superior de grande porte estrutural adquiriram por aquisição várias faculdades de pequeno porte e propuseram reduções de mensalidades encantadoras para o acesso de um novo público antes não atendido. Mesmo assim conforme Stallivieri:

Ainda são poucas as Instituições de Ensino Superior e as existentes enfrentam uma diversidade de problemas, em especial, no que se referem à qualidade, às desigualdades regionais e ao desequilíbrio da quantidade de profissionais qualificados em áreas específicas em desajuste com as exigências do mercado de trabalho. (2009, p.3)

Com isso leva-nos a pensar que a expansão educacional não atendeu a toda população, surgiu diversos problemas estruturais, entre eles, a questão da formação profissional com relação à falta de qualidade para suprir o mercado de trabalho, tanto nos cursos de licenciaturas quanto nos cursos de bacharelados.

Preocupados com essas questões, especialistas se propuseram a discutir aspectos institucionais, tais como, a avaliação, tema relacionado a qualquer prática educativa.

Assim sendo, partindo do pressuposto que a avaliação não é somente composta pela relação ensino aprendizagem e envolvem as esferas sociais e políticas que transcendem a próprio limite institucional, este projeto tem com problema de pesquisa: De que forma as dimensões da avaliação formativa e de políticas públicas contribui para o Ensino Superior no Brasil atual?

Mais ainda, a proposta desta discussão é que a avaliação formativa (no que se refere à relação professor aluno) quanto às políticas públicas são duas dimensões que compõem a Avaliação de Ensino.

E para procurar responder este problema de pesquisa temos como indicação a pesquisa bibliográfica para aclarar essas inquietações e compor toda trajetória de esforços dirigida a este trabalho.

Introdução

Analisando atualmente as instituições escolares percebemos que a avaliação se tornou item preponderante ao pensar como melhorar o nível de qualidade.

Pensando nesta pesquisa e realizando leituras em bibliotecas e pela internet optamos por delinear este estudo para procurar responder nosso problema de pesquisa em quatro aspectos fundamentais que acreditamos que irão ao encontro deste trabalho.

Inicialmente pesquisar a concepção de avaliação desde sua esfera político-social até os bancos escolares no qual Demo (1996) traz informações que são inerentes a essas inquietações.

O autor propõe que a avaliação é um instrumento que as pessoas ao serem comparadas ou analisadas exprimem alterações de desconforto e, por outro lado, avaliar trata-se de todo trabalho que realizamos, pois, já está incutido na sociedade padrões desejáveis que devemos projetar. Conforme Demo (1996, p.13) “Avaliação provoca sempre reações também negativas, já que se tem por desconfortável a posição do avaliado, sem falar que avaliar igualmente implica ‘ossos do ofício’”.

Outro ponto fundamental que o autor menciona é que pela avaliação podemos observar diversas características, dentre as quais, a demonstração da sociedade desigual, possibilitando uma leitura comparativa dos privilégios instituídos, “[...] é inevitável a avaliação comparativa, como reflexo natural dos privilégios instituídos”. (DEMO, 1996, p.14)

Sobretudo não podemos nos equivocar, conforme Demo (1996), pensando que a avaliação é fruto do capitalismo. A questão da desigualdade social é marca histórica estrutural, isto é, existe em qualquer sociedade independente do período histórico.

É útil distinguir entre desigualdade social e classe social, porquanto a primeira parece ser *marca histórica estrutural* de todas as sociedades, enquanto a segunda é fenômeno histórico capitalista. (DEMO, 1996, p15)

Desta forma podemos pensar a avaliação com a qual trabalhamos numa visão de desigualdade social, sob duas perspectivas. A primeira constituída por confronto de privilégios pautadas em falcatruas, em que certos grupos pela composição política social mantêm-se no poder.

A segunda perspectiva reduz esta imagem tão negativa, pois a avaliação desde que esteja dirigido para o desempenho social dos excluídos torna-se uma forma de oferecer condições de diminuir está marca histórica desigual.

Com isso, propõem-se a elaboração de algumas estratégias, pois ao avaliar os desempenhos cria-se a possibilidade de observar e inferir sobre as potencialidades, virtudes e ajustes e, por outro lado, está mesma avaliação ajuda-o o excluído, a refazer sua trajetória profissional em buscas de conquistas no mínimo satisfatória. Como explica Demo (1996, p.17) “b) serve como instrumentação para refazer a rota de inclusão do aluno, garantindo-lhe o direito ao desempenho qualitativo considerado satisfatório, pelo menos”.

Mais ainda, podemos entender que há dois possíveis níveis de alunos, isto é, pessoas dotadas, uma mais inteligente que a outra e, por outro lado, pessoas que conquistem seus objetivos por intermédios de esforços individuais ou coletivos no qual representa a maioria das pessoas.

[...] Com isto, podemos distinguir dois níveis mais aceitáveis socialmente de avaliação: um deles refere-se à avaliação em face de dotações diferenciadas de cada pessoa – uma são ‘mais inteligentes’ que outras, aprende mais facilmente etc.; outro refere-se à avaliação do mérito, expresso no desempenho pessoal ou coletivo, traduzido como esforço próprio. (DEMO, 1996, p.20)

No que se refere aos esforços pedagógicos, segundo os atuais educadores conforme Demo (1996), temos que tratar a avaliação como um processo emancipatório, ou seja, desenvolver no aluno a autoconfiança de maneira que possa dar conta de si, estabelecido por uma relação de igualdade de convivência no âmbito social.

Portanto, pensar a avaliação é um ato que ultrapassa o domínio institucional e analisá-la propõe perceber os aspectos históricos, sociais e dialéticos que perduram durante há muito tempo. E saber que a emancipação das pessoas é fundamental para uma sociedade mais justa.

Num outro aspecto, para procurar atender a esta pesquisa, trata-se sobre as políticas públicas de avaliação em educação, o autor Juliatto (2005) na obra *A Universidade em busca de Excelência*, discute que a avaliação atual se processa de maneira acelerada nos sistemas educacionais, seja pelas entidades educativas ou pela própria imposição do poder público caracterizando em uma ciência administrativa. Como explica Juliatto (2005,p.183):

A avaliação difunde-se em ritmo acelerado, seja nos sistemas educacionais em geral, seja nas instituições de ensino superior, ora assumida espontaneamente pela entidade educativa, ora como imposição do poder público. Ademais de constituir óbvio imperativo do próprio empreendimento, leve-se em conta que a avaliação é exigência da ciência administrativa.

Mais adiante, o autor propõe que a avaliação entre suas diversas características, podemos encontrar alguns exemplos funcionais: instrumento prático e eficaz para o gestor buscar melhor qualidade de ensino, estabelecer critérios de diversas naturezas e obter controle sob o produto em questão.

Em sua obra, Juliatto (2005) resgata informações que historicamente a avaliação por muito tempo se tornou costume em diversos países, porém a influência que o poder público se manifestava era em detrimento da seriedade das instituições de ensino. Por exemplo:

[...] No Canadá e nos Estados Unidos, sociedades que em geral se distanciam da intromissão excessiva da autoridade pública, a prática da avaliação não é obrigatória, mas vigora frutuosa pelo enquadramento da concorrência e pela seriedade das grandes escolas, fundadas há séculos. (JULIATTO, 2005, 183)

E estabelecendo uma relação entre os Estado Unidos e o Brasil, encontramos algumas diferenças. Para o primeiro, desde o início do século XX o sistema de ensino é formado basicamente por dois segmentos, a auto-avaliação e a supervisão de credenciamento e o ensino superior está sob autoridade das unidades federativas, os Estados. No Brasil somente a partir da década de 80 o Ministério da Educação e Cultura iniciou um esforço mais presente sobre avaliações institucionais no ensino superior.

Sobretudo na atualidade observamos que para os cursos de pós-graduação já houve um reconhecimento sedimentado, agora para os cursos de

graduação temos o ENADE (Exame Nacional de Desempenho de Estudantes) no qual ainda forja ser um bom instrumento no qual é construído. No entanto, já podemos dizer que as instituições e os governantes já assimilam que a avaliação é indispensável para melhorar a qualidade do ensino. Como explica Juliatto (2005, p.184):

No Brasil, a preocupação formal com a avaliação das universidades se fez mais presente a partir da década de 80. Várias experiências foram introduzidas pelo Ministério da Educação, como: a avaliação sistemática dos Programas de pós-graduação, pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, em 1976; o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras – PAIUB, criado em 1993; o Exame Nacional de Cursos, o popular ‘Provão’, implantado em 1996 e, a partir de 2004, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, com sua primeira atividade implantada em 2005, o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes-ENADE. Até o momento, com as iniciativas implementadas e as mudanças ocorridas, ainda não se chegou a um modelo nacional consolidado de avaliação da educação superior no âmbito da graduação. O que já parece ter conseguido na pós-graduação. Entretanto, a idéia da necessidade da avaliação como elemento indispensável de gestão e dispositivo orientador das políticas públicas parece já ter sido assimilada tanto pelo governo quanto pelas instituições.

Com isso, houve no país uma alta velocidade de propagação de instrumentos avaliatórios, isso se concretizou basicamente por três fatores: o primeiro, a avaliação é um instrumento de aperfeiçoamento institucional; o segundo, ao longo deste período institucional brasileiro houve diversas pressões sociais para melhorar a qualidade do ensino; e terceiro, houve um crescimento social de pessoas conscientes sobre a forma que estavam adquirindo esse modelo de ensino.

A velocidade da difusão da prática avaliativa dos últimos anos pode ser atribuída a três causas principais: primeiramente, à eficácia intrínseca da própria avaliação, como instrumento especificamente endereçado ao aperfeiçoamento institucional; em segundo lugar, à pressão exercida pelo movimento generalizado em prol da qualidade da educação, movimento crescente em todos os países; em terceiro lugar, ao crescimento da consciência do cidadão consumidor da educação e do cidadão pagador de impostos. (JULIATTO, 2005, p.184)

Portanto, percebendo a qualidade de aceitação dos órgãos responsáveis pela educação, surgem vários prognósticos, entre eles, a avaliação do ensino superior não vai ser moda passageira, pois devidos as relações humanas

pautadas nas concepções do mundo atual a sociedade está cada vez mais exigente e preocupada com a educação.

Para o terceiro aspecto, indicamos a avaliação da aprendizagem, em que pesquisas realizadas, observamos que o autor Zabala (2007) em sua obra A prática educativa como ensinar, menciona que, quando pensamos em avaliação habitualmente temos em vista apenas o aluno como eixo central de um processo avaliatório, isto é não há inserção do professor como agente co-participante do trabalho educativo.

[...] quando se fala de avaliação se pensa, de forma prioritária ou mesmo exclusiva, nos resultados obtidos pelos alunos. Hoje em dia, este continua sendo o principal alvo de qualquer aproximação ao fato avaliador. (ZABALA,2007,p.195)

Ao mesmo tempo segundo especialistas, já discutem e propõem um novo olhar sobre essa questão, à avaliação é uma ferramenta que pode ser utilizada por diversos critérios pré-estabelecidos para obter uma leitura dirigida sobre as inúmeras possibilidades de melhorias na área discente, docente e institucional.

Desta forma, a aula quanto à avaliação hoje em dia pode ser analisada por diferentes pontos de vistas e, entendendo que se articula na relação ensino/aprendizagem, podemos obter no mínimo dois objetos de estudo para analisar criticamente, de um lado o aluno que aprende e do outro o professor que ensina.

Para o último aspecto, trata-se sobre de qual nível de ensino que será expressa está pesquisa, no qual o escolhido o Ensino Superior no Brasil. Procuramos abordar uma visão histórica e quais as perspectiva que a avaliação está sendo submetida, ou seja, como se caracteriza o Ensino Superior no Brasil a partir de sua história e atualidades com relação à avaliação. Desta forma, encontramos Stallivieri (2009) no qual inicialmente menciona que é de certa maneira complexo este assunto, pois há uma diversidade estrutural e de organização no que corresponde a criação deste nível de ensino. Desta maneira, leva-nos a pensar, que para uma melhor compreensão é necessário analisarmos além dos limites institucionais, isto é, observar o seu contexto no qual agrega ordens econômica, social e cultural.

Mais adiante, a autora explica que o contexto da Universidade no Brasil iniciou no século XIX, com a formação das elites. As instituições foram criadas e influenciadas pelos europeus com a implantação de faculdades isoladas na região de algumas metrópoles e, somente em 1920 no Rio de Janeiro, foi fundada a primeira Universidade do país no qual definiu novos rumos para a história da educação brasileira.

Desta forma, desde aquela época até os dias atuais, resumidamente esta história foi sendo elaborada por quatro diferentes momentos históricos definidos pela autora Stallivieri (2009).

Inicialmente a ênfase do trabalho da universidade se dirigia para o ensino do que propriamente para a investigação científica. No segundo momento, no período entre 1930 a 1964 houve uma expansão de Universidades Federais no território brasileiro.

Para o terceiro momento, as universidades de maneira estabelecida, com os grupos políticos e educacionais se voltaram para realização das reformas universitárias, no qual entre as propostas a criação de curso de pós-graduação.

Atualmente para este momento, tem-se definido a partir da regulamentação do Ensino Superior com a Constituição Federal em que abarca uma flexibilidade do sistema, uma redução do papel do Estado, uma ampliação do sistema educacional e melhorias do processo de avaliação em busca melhor qualidade de ensino.

Portanto, a avaliação dentro dos aspectos mencionados para este projeto tem a perspectiva de demonstrar que este instrumento utilizado em sala de aula está constituído de diversos aspectos formativos que influenciará qualquer ser humano que tenha participado da vida escolar.

1- Concepção de avaliação desde sua esfera político-social

1.1- A competência versus competitividade na educação

Na educação há inúmeras diversidades e também expectativas, tais como, a busca da formação da competência humana histórica, isto é, condição de emancipação política - social por intermédio de um instrumento importante para a cidadania no qual impulsiona o sujeito intervir na realidade com criticidade e criatividade.

“[...] Representa a instrumentação talvez mais decisiva da cidadania, porque impulsiona a gestação do sujeito histórico capaz de se conscientizar crítica e criativamente e de intervir eticamente na realidade”. (DEMO, 1996, p.22)

Ao mesmo tempo essa perspectiva de libertação, pode tornar-se um discurso fantasioso em que pessoas prometem inúmeras transformações históricas, pois pensar no fenômeno da “competência humana”, ou seja, gerir cidadãos exige refletir sobre um cenário complexo, no qual a política acaba desempenhando o papel de que é o sujeito que constrói conscientemente sua própria história.

Partindo do pressuposto que a competência proporciona potencialidade política do sujeito histórico intervir na realidade, corremos certos riscos iminentes. A aproximação entre competição e competitividade no qual pelo confronto impositivo social oferece resistências para a convivência solidária. Como explica Demo “[...] Facilmente resvalaremos para o lado do confronto impositivo, se não soubermos equilibrar a força do sujeito com a necessidade de conviver solidariamente”. (1996, p.22)

Com isso, para acontecer o processo emancipatório político-social impedindo a disseminação do discurso ideológico, é necessário gestar sujeitos que saibam se impor. E saber se impor, não é apenas ter desenvolvido o espírito crítico, mas, incluir o espírito de luta no qual coletivamente combata a usurpação do conhecimento humano para com seus pares.

Pensar em competência, não é fugir da análise do aspecto relativo ao do conflito e a desigualdade social. Mesmo mal estruturado pelas políticas públicas, tornou-se o caminho para redirecionar o sentido original, a busca da

qualidade da educação, reforçado por pensadores preocupados com as questões dos excluídos. Conforme:

“[...] A pedagogia imortalizada de Paulo Freire ressalta, com extrema propriedade, a marca do levante histórico do oprimido, e apanha a tônica típica do marxismo em torno da luta de classes: é mister a ditadura do proletariado para combater a ditadura do capital. Mesmo que as ditaduras do socialismo real nunca tivessem alcançado ser do proletariado (foram do partido, ou da nomenclatura), não desmerecem o realismo da proposta, que um pedagogo mais humanista talvez até tendesse a condenar”. (DEMO, 1996, p.23)

Ao analisarmos com profundidade, o capitalismo retratou a competitividade ao seu próprio gosto. Baseado na obtenção de vantagens pela concentração de privilégios e divisão do poder político implantou-se a desigualdade social, em que tornou marca registrada que há um poder de subalternidade excludente na relação social.

Este contato entre o oprimido e o opressor polariza-se dialeticamente, ou seja, de um lado o mercado capitalista criando pessoas egoístas e buscando vantagens e, por outro lado, combatentes a favor do conhecimento e gestando sujeitos que construam sua própria história de maneira ética na realidade.

A educação com a presença do neoliberalismo, que a princípio tornou-se confuso na clareza de suas intenções. Ao pensarmos no proveito desta liberdade de mercado que o consumidor acaba se beneficiando com preços mais baixos. Leva-nos a pensar, como a competitividade pode inserir-se na educação?

Os educadores de maneira geral entenderam que o conhecimento como um instrumento de criação, tornou-se essencial dentro desta competição mercadológica, ao ponto que fez necessário instituir formação de trabalhadores, no qual desenvolvessem habilidades para aprimorar os produtos e serviços prestados, deixando de lado os aspectos humanizadores, por exemplo, podemos observar a política do sistema da Qualidade Total, sendo um instrumento empresarial que introduziu-se na educação pelas políticas de mercado no qual não abriga parâmetros educacionais solidários, pois está relacionada à competitividade e não a competência.

“[...] De fato, é preciso compreender que, sendo conhecimento o instrumento primordial de inovação e sendo esta essencial para competir no mercado, há uma relação clara entre competitividade e educação [...] É mister ‘formar’ trabalhadores no sentido estrito, para que possam manejar o espaço da oportunidade histórica, tornando-se a base mais importante da qualidade dos serviços e produtos”. (DEMO, 1996, p.24)

Outro fator que há no sistema capitalista neoliberal, trata-se da violência, em que atinge todas as camadas sociais. Por exemplo, nas escolas, nas relações de trabalho e até mesmo nos presídios, em que teoricamente seria voltada para a reabilitação de pessoas a sociedade, mas na realidade com a reprodução e acúmulo da violência, tornou-se um ambiente de aperfeiçoamento de crimes, reforçando a idéia da educação por competitividade.

Partindo do pressuposto que viver em sociedade no sistema político denominado de democracia observamos que se trata de uma administração das relações de poder. São praticados socialmente controles externos na população, em que aplicam desde rodízios, origens de poderes populares ou mesmo divisão do próprio poder e, em tese não há o fim desses privilégios instaurados, somente a discussão e possibilidades de reduzir algum deles.

“[...] A democracia, apesar de todos os problemas, detém um realismo notório: não mistifica as relações de poder; pretende administrá-las. Não se apresenta jamais com a ausência de poder, igualdade geral, irmandade de todos. Ao contrário, não sendo viável eliminar o fenômeno do poder, há que buscar meios para colocá-los a serviço da sociedade, pelo menos da maioria”. (DEMO, 1996, p.24)

Desta maneira, a transformação necessária faz-se pelo processo educativo. Preocupando-se com a qualidade da educação, impedindo que o neoliberalismo empurre a competitividade para o processo educacional fazendo do conhecimento mera manipulação dos meios.

Assim sendo, o processo de aprendizagem indispensável para uma transformação sócio-política no mínimo concentra-se numa base, ampará-la em dois pilares. O primeiro a qualidade formal no qual representa o manejo do conhecimento e, o outro a qualidade política em que consiste na formação multiplicadora de sujeitos históricos.

Ao mesmo tempo, leva-nos a pensar da necessidade de impor-se no mundo atual, no qual cada sujeito histórico realiza atividade de buscar instrumentos para ocupar seu próprio espaço, porém esse movimento praticado conscientemente, apenas acontece quando há luta contra as diferenças sociais. Mas isso não é suficiente, faz-se imprescindível a reconstrução do conhecimento significativo e a organização de um sistema político adequado para essa manutenção.

“[...] Ao descobrirem que pobreza é injustiça, trata-se de confrontar-se, apelando para os instrumentos mais efetivos de reconquista do lugar próprio na história. De um lado, é fundamental o manejo reconstutivo do conhecimento; de outro, a necessidade de organização política adequada”. (DEMO, 1996, p.26)

Com isso a ética deve ser preservada historicamente. Impedir que as ações para que aconteça emancipação político-social recaia no moralismo, que não reforce a agressividade produtiva ou a manutenção da passividade do excluído, isto é, para que não retome a idéia de reduzir aproximações de valores desenfreados, como o êxito formal, atendendo as expectativas apenas para uma pequena parcela da população.

A avaliação torna-se o grande desafio, a escola está constituída de aspectos: curriculares e didáticos, ligados a competição de mercado. Principalmente nas instituições particulares no qual são ambientes preparados para atender a determinados grupos sociais para o acesso direto ao ensino superior público.

Com isso certa realidade, tem demonstrado que o fracasso escolar acabou tornando-se o fracasso competitivo, a precária escolaridade das pessoas passou a ser determinante para sua inserção no mercado de trabalho. Na escola, o aprender está inteiramente dirigido para as questões do meio de sobrevivência, não para a vida em sociedade como um todo, reduzindo competência em competitividade nas conquistas humanas.

Podemos perceber que na família os pais acabam investindo na emancipação dos seus filhos. O aprender torna-se algo para vida quanto para o trabalho, enquanto o maior fracasso para esse núcleo é a pessoa não sustentar

a si própria. E na escola o fracasso do aluno entende-se simplesmente não passar de ano, não importando o conhecimento político não adquirido.

Com isso o neoliberalismo apresenta sua estratégia de fazer-se atual, com a restauração sistemática da competitividade de mercado. Os poderes por intermédio de seus manejos elaboram conhecimentos inovadores, proporcionando para educação um caminho amplo no qual a competitividade alia-se a economia do mercado. Causando empregos cada vez mais competitivos e aumentando a exclusão social.

Portanto, a educação não deve ater-se somente a competitividade no qual referida à aquisição do conhecimento escolar. Mas proporcionar o entendimento do mecanismo político que movimenta o sistema. Mais ainda, gerar sujeitos que se posicionem contra os diversos abusos.

Para a escola pública, um cuidado especial, a educação deve torna-se disponível aos excluídos do mercado, privilegiar em sua filosofia a competência, no qual encaixe direções para as pessoas retomarem suas posições no mercado de trabalho com dignidade.

1.2- A ideologia da avaliação versus democracia

O sentido original da avaliação corresponde o avaliador também ser avaliado dentro do processo democrático no qual todos os mecanismos estejam dirigidos para a qualidade da educação.

Não basta o avaliador apoiar-se em sua função de avaliar alguém, sem ao menos ter participado do sistema enquanto sujeito de avaliação para ocupar sua respectiva função.

E para isso, há a necessidade de reconstruir os caminhos que já foram utilizados, pois o conhecimento não é absoluto e a história manifesta-se pelas transformações no tempo e no espaço. A avaliação consiste numa reestruturação periódica para evitar desgastes que são encontrados ao longo do processo no uso deste instrumento.

“Para começar, é mister colocar avaliação como *componente permanente*, intrínseco, estrutural de todo processo comprometido com qualidade. Definindo qualidade, não como algo contrário, oposto, apenas diferente de quantidade, mas como a dimensão histórica da *intensidade*, todo fenômeno qualitativo é, desde logo, processo de (re) construção com marca humana. (DEMO, 1996, p.29)

Com isso, as intervenções da avaliação devem estar em busca do conhecimento correto acompanhado por princípios. Entre eles, a pesquisa e o diagnóstico do ambiente.

Assim, a reconstrução estará amparada com uma instrumentação para as mudanças necessárias em busca de atingir as necessidades humanas no ponto de vista global. “Neste sentido, avaliação coincide com pesquisa, compreendida esta como estratégia de questionamento diagnóstico permanente da realidade, para, com conhecimento adequado sempre reconstruído, pode intervir melhor”. (Demo, 1996, p.31)

E para isso, são propostos alguns fatores determinantes para propiciar essas mudanças, tais como, saber manejar o conhecimento crítico e criativo de maneira sistemática, ou seja, realizar as atividades com estratégias estabelecidas de maneira individual e/ou coletiva.

Contudo, não podemos esquecer que educar é um ato político no sentido de que merece uma organização com a presença humana. Saibamos que a democracia também se insere no processo avaliatório, é a forma de governo que reflete em toda sociedade.

Partindo do princípio que a presença humana, por vivermos em sociedade afeta o outro com imposições, decisões entre outros. Podemos perceber que a educação pode tanto humanizar quanto desumanizar. Sendo assim, devemos ter o cuidado de administrar e avaliar o fenômeno político e histórico, medida fundamental para buscar uma qualidade no ensino.

“Assim, toda proposta educativa que não se cuida decai na condição de uma educação qualquer. Todo projeto pedagógico carece ser reinventado a cada ano, não só porque supõe que os autores aprendem sempre, mas, sobretudo porque invariavelmente se desgastou. Para corresponder aos desafios da história, necessita ser histórico, ou seja, trabalhar criativamente a provisoriedade do conhecimento e da intervenção”. (Demo, 1996, p.32)

Podemos verificar que além das instituições e os demais órgãos públicos ou particulares no qual representam outros setores na sociedade que não aderem à reconstrução da democracia, acabam constituindo-se de outras formas de gerenciamento, emperram o processo avaliatório qualitativo em que se exige para obter avanços significativos.

Com isso, a democracia que não é refletida, repensada e reconstruída dispõe de parâmetros corporativistas em composições formadas de privilégios atendendo a determinados grupos sociais, ampliando cada vez mais as diferenças e a exclusão social.

Analisando, pensamos a avaliação como um instrumento processual e metodológico, no qual com o questionamento faz do espaço educacional os ajustes necessários para o desenvolvimento político e social. Como explica “Avaliação não é fim em si. É expediente processual e metodológico, que recebe sua maior razão de ser dos fins a que se destina”. (Demo, 1996, p.33)

E isto, se aplica pela busca qualitativa do ensino, no qual se torna necessário discutir habitualmente sobre a qualidade formal e política do sistema. Não perdendo de vista que a avaliação deve compor-se de transparência, energia em sua presença (todos devem estar envolvidos) e discussões coletivas em busca de sua melhoria contínua.

Assim sendo, a lógica da avaliação demonstra que há apenas uma relação formal entre avaliador e avaliado. Uma pessoa tanto quanto à outra, momentaneamente dispõe de uma condição bipolar. Independente da posição hierárquica do sujeito a ser avaliado ambos percorrem o sistema em caráter de serem observados e medidos, entres outras funções que a avaliação sirva como instrumento.

O conhecimento conduzido pelo questionamento progride e renova-se quando permite um impacto interno de suas estruturas, isto é, as melhorias acontecem ao longo do processo quando o sistema aceita uma qualificação global do individuo, no qual agrega valores e objetivos em comuns entre o avaliador e o avaliado.

Podemos perceber que o mau uso desse instrumento gera uma preocupação, principalmente com as questões éticas, envolvidas entre a

avaliação e o avaliador. Devemos considerar alguns cuidados para evitar sua desvalorização, tais como: o avaliado deve sentir incluído dentro do processo no qual está sendo submetido; deve ter direito de defesa, questionando e recorrendo se necessário; o avaliador não deve fazer uso pela sua condição momentânea com abusos, autoritarismo e usurpações enganosas no que diz respeito da realidade em si; e por último deve existir mecanismos externos para avaliar o avaliador de maneira que submeta-se a qualidade formal dentro do sistema.

Outra preocupação fundamental surge com a falta de critério durante a avaliação no cotidiano escolar, já são expressas algumas posições comuns no cenário educacional com medidas extremistas ou mesmo modistas. Por exemplo, grupos que se utilizam como único critério para avaliar a qualidade formal excluído a política e, outros que fazem do instrumento qualitativo uma moda praticada sem qualquer fundamento, sem pensar sobre suas conseqüências. Leva-nos a entender que esta situação concretiza-se pela falta de conhecimento histórico e político das pessoas que estão envolvidas.

Para outras diferentes intercorrências, observamos também os seguintes aspectos: o uso do instrumento avaliatório como sentença já julgada para futuras intervenções, causando transtornos na possibilidade de intervenção para encontrar determinadas soluções. Além disso, aplicam-se as decisões da avaliação sob uma ótica de amizades, votação a todo o momento pela aceitação da maioria e até mesmo influenciado por troca de presentes. Deixando de lado a função em si da avaliação, que entre as várias já expressas neste trabalho, é qualificar a pessoa, os grupos sociais e o sistema como um todo.

Observamos no próprio ensino superior, resistências de grupos, sobre as avaliações externas dentro de instituições, reforçado por pessoas que acreditam merecer imunidade, fazendo mau uso da auto-avaliação como sendo suficiente para atender a demanda.

Assim sendo, a avaliação deve estar a serviço da qualidade do ensino, de maneira que não fique submetida à rigorosidade unilateral da qualidade

apenas formal ou política, mas que as decisões tenham o bom senso, o equilíbrio, a ética e justiça.

Ademais, entendemos que há instaurada uma confusão em outros setores na sociedade quando diz respeito da avaliação. A qualidade formal e política historicamente tem sido comprometedor. Muitas decisões por imaginarmos que vivemos no mundo democrático têm sido admitidas apenas pela votação, esquecendo da parte técnica e científica. Observamos nas votações políticas no Congresso Nacional em que as leis são sancionadas ou vetadas, correspondem mais a conchavos partidários do que propriamente levar em consideração as informações técnicas e científicas para resolver determinados assuntos.

“No espaço educativo, há necessidade de conjugar com engenho e arte mérito formal com mérito político. É essencial eleger o reitor ou o diretor da escola, mas não é adequado permanecer apenas em critérios políticos, porque não resolve eleger um incompetente. Tratando-se de formação da competência humana, e sendo esta de teor formal e político, é mister exigir ambas as faces”. (Demo, 1996, p.40)

Portanto, o espaço educativo é todo ambiente social no qual para as instituições de ensino devem ainda estar mais evidentes esses procedimentos referente à formação humana.

Além disso, torna-se indispensável o equilíbrio entre o conhecimento técnico-científico com relação à política, pois a evolução qualitativa do sistema é percebida pelas razões da avaliação, que em seu princípio não é a exclusão social, mas o direito de oportunidades para a pessoa aprender.

1.3- A aprendizagem formal e política

Segundo pesquisas realizadas na área da educação, percebemos que a avaliação tornou-se um confronto entre a qualidade formal e a qualidade política, isto é, há um descompasso entre o conhecimento técnico-científico e a forma que é tratado pelas políticas públicas.

Levando-nos a refletir se haverá uma significação eficaz do sistema educacional comprometido com a formação global do indivíduo ou funcionará

como mais uma moda a ser conduzida pelas pessoas que representam a educação.

O que já sabemos são pontos fundamentais que devem ser levados em consideração, por exemplo, que a avaliação por tratar-se da sustentação qualitativa do sistema, deve ser permanente e diária executada com equilíbrio no processo educacional.

Observamos também a “prova” na sua prática tradicional, oferecendo uma carga desprendida muitas vezes da aprendizagem do aluno. Costumeiramente ela é elaborada requerendo como base somente a memorização, no qual deixa os resultados suspeitos em detrimento do modelo escolhido para verificar a garantia do conhecimento adquirido do educando.

“Não faz qualquer sentido descobrir ao fim do primeiro mês, na prova, que parte da turma não aprendeu bem ou nada. Já é tarde. Mas, sobretudo, é uma injustiça contra os alunos que não tiveram o acompanhamento adequado (patto1993; Neves 1993)”. (Demo, 1996, p.42)

Outra circunstância problemática na “prova” é a relação entre professor e aluno baseando-se na concepção clássica de que barreiras devem ser vencidas de uma maneira excludente, ou seja, a aprovação ou reprovação daquilo que foi ensinado e não do que foi aprendido.

Um complicador ainda maior, frente a estas situações é que a forma de conduzir a avaliação não garante a aprendizagem e a política imposta ao avaliado não oferece condições de defesa sobre todas essas situações.

De contrapartida, ao pensarmos na “avaliação qualitativa” apresentamos dois aspectos que poderá diretamente se relacionar para o bom desempenho do sistema educacional.

Um dos aspectos, o compromisso do professor em engajar-se no seu trabalho, buscando oferecer a melhor formação possível com relação à qualidade formal e política, isto é, dominar o conhecimento e a avaliação adotada e, gerar alunos capazes de participar da política de maneira democrática e solidária.

O outro aspecto, o aluno fazer uso do direito pleno das oportunidades de aprender bem no qual com as experiências possa reconstruir o conhecimento para suas situações inovadoras.

Outro fundamento indispensável para a avaliação qualitativa é a questão metodológica. Geralmente entende-se como aprender bem, o reconstruir o conhecimento de maneira autônoma para algumas situações inovadoras, ou seja, o aprender mais do que já sabia, e não o aprender melhor do que já sabia.

Ademais, entre as dificuldades observamos nos métodos avaliativos outras complicações, entre elas, o uso do instrumento avaliatório voltado para aprovar níveis de quantidade e ou produto de um sistema, isto é, não há uma apuração e intervenção no processo educacional suficiente para atender as questões da qualidade, por exemplo, podemos pensar no aspecto da cidadania, tema gerador que faz parte do ensino no qual não se mede pela quantidade.

“[...] A cidadania do aluno não pode ser assumida como mero produto que se fabrica depois, fora da sala de aula, extracurricularmente. Ao contrário, está dentro intrinsecamente do processo educativo”.
(Demo, 1996, p. 45)

Ao pensarmos no âmbito de outras esferas sociais, outro exemplo seria a formação de organizações de classes, no qual se filiar não significa estar engajado nas causas em comum que são discutidas no setor, muitas vezes o que presenciamos são manifestações lideradas por pequenos grupos em que a maioria das pessoas não sabe as reais motivações e razões que estão sendo submetidas, ou seja, há o investimento em quantidade de pessoas para representar uma determinada classe, porém não o mesmo esforço para qualificar esse mesmo grupo.

Desta forma, tratando-se do campo educacional leva-nos entender que é indispensável tanto a aprendizagem formal quanto a aprendizagem política por tratar-se da formação humana, sendo a primeira composta pela parte instrumental (técnicas) e a posterior, a política no qual representa os objetivos éticos que fundamenta os interesses da utilização do conhecimento.

Uma sugestão que envolve tanto a questão formal (instrumental) quanto à política (ética) é educar pela pesquisa. Percebermos que essa forma propõe para o aluno a experiência com os diversos materiais, organização dos processos para adquirir o seu conhecimento, desenvolvimento da autonomia, argumentação e até contra argumentação na discussão em grupo, ouvir com atenção e colocar-se com propriedade sobre os assuntos debatidos.

E essa pesquisa sugere um ensaio fundamentado para vivenciar o processo, estabelecendo uma relação entre ensino e a aprendizagem significativa, isto é, questionar o que está sendo reconstruído e traduzindo isso em qualidade nos resultados encontrados para sua formação global.

Para o professor ter em mente que a atividade docente não é realizada em seus extremos, apenas formal ou somente política, o conhecimento deve ter o uso ético e uma função não apenas instrumental, mas de transformação social.

Uma das inquietações presentes na “avaliação qualitativa” trata-se das razões políticas que compõe o processo educativo no qual na prática não é tão simples quanto imaginamos.

Como contribuição para buscar atender a esse aspecto, podemos refletir nas seguintes opiniões, tais como: visualizar o aluno dentro de um processo educativo, não observá-lo como um produto; tratar as informações como tema de discussão coletiva, não como uma informação dada e pronta; acompanhar o aluno de maneira individual; observar a sistemática do desenvolvimento do processo que o aluno realiza; analisar suas demonstrações em suas apresentações de trabalhos (expressões); promover um equilíbrio entre o conhecimento adquirido e as possibilidades de intervir na sociedade de modo solidário e democrático.

Não esquecendo que na verdade o sistema educacional enfrenta diversos desafios, entre eles, a precariedade do despreparo do professor em sala de aula, além da consideração que o conhecimento formal tornou-se o único no cotidiano escolar, os aspectos de formação política são deixadas de lado, e por muitas vezes energia é consumida pela forte burocracia do sistema

que impede uma dinâmica que contribui na aprendizagem do aluno. Como explica:

“[...] Dificilmente se discute na escola o compromisso com a cidadania do aluno. As energias são consumidas na burocracia diária das aulas, das provas, da administração do sistema. O currículo precisa ser repassado. A engrenagem das aulas, por mais arcaica que seja, precisa funcionar. Na prática, a avaliação restringe-se a acompanhar as aulas e a contar os alunos sobreviventes”. (Demo, 1996, p.48)

Dentre essas circunstâncias problemáticas, surge uma esperança apresentada no âmbito educacional, é a elaboração coletiva e comprometida do Projeto Pedagógico no qual desde sua elaboração e prática, devem apresentar alguns cuidados básicos, tais como: o acompanhamento individual do aluno e avaliações periódicas coletiva entre os professores, tratando-se no mínimo dos alunos mais preocupantes.

Além disso, no que se refere ao processo avaliativo podemos alcançar dimensões intensas tratando-se sobre a qualidade política. Algumas características apresentadas no cotidiano são revelações traumáticas, por exemplo, de perseguição política por não compactuar com a mesma idéia de alguns líderes de setor e, por outro lado, apadrinhamento de pessoas para ocupar determinadas funções em instituições públicas ou privadas, permitindo até mesmo uso constante de fraudes ligadas ao aproveitamento pessoal. Isto leva-nos a pensar sobre a importância da conduta profissional que irá conduzir a tarefa de avaliar o avaliado. Conforme:

“[...] De novo quem avalia o avaliador? Por conta disso, é mister esforçar-se para produzir um processo avaliativo aberto, que permita a um terceiro, em caso de dúvida, refazer os critérios usados, sem falar no direito do avaliado de saber sua condição de avaliado. Como em qualquer fenômeno político, estamos expostos a duas condições típicas: à qualidade política do avaliador, em particular à sua ética profissional; e ao controle externo do exercício do poder”. (Demo, 1996, p.49)

Partindo do pressuposto que há uma grande demanda de pessoas que necessitam de uma formação digna, pode ser estendido além das avaliações qualitativas, fazer uso de avaliações quantitativas com critérios definidos que

atendam as necessidades do aluno no que diz respeito a sua aprendizagem formal e política.

Chamando a atenção sobre a qualidade política e a importância da avaliação quantitativa, percebemos que o sistema deva fazer uso desse instrumento, ou seja, gestar avaliadores que proponha instrumentos estatísticos que saibam pesquisar e realizar interligação entre a qualidade e a quantidade nas informações adquiridas.

Ademais, criar dentro do sistema esse mecanismo de coleta de informações, discussão sobre os dados, interpretação e interferência sobre a realidade.

De modo geral, propomos algumas sugestões para atender o fenômeno da aprendizagem, tais como, inicialmente expor coletas de informações que estejam próximo a realidade do aluno. A seguir, que cerque os dados pelo conhecimento formal, isto é, uso de técnica. E concluindo, estabelecer relações entre o aspecto formal e o aspecto político sobre os dados adquiridos.

Ao estendê-lo para o sistema, torna-se indispensável dois pontos fundamentais. O primeiro que estejamos observando as práticas com relação às tomadas de decisões, as expressões sobre as questões éticas e, o outro ponto, que a avaliação deva tratar sobre a evolução da cidadania em sociedade e faça-se presente no cotidiano institucional.

Contudo observando a educação numa visão panorâmica, notamos que na realidade a “avaliação qualitativa” tem demonstrado muito mais promessa do que comprovação histórica, desde a fraqueza da cidadania escolar na formação dos alunos até o sujeito no mundo do trabalho. Temos visto um levante como nomes de gestão democrática ou participação democrática no qual muitas vezes as pessoas responsáveis por liderar, não apresentam noção sobre o assunto.

No caso de organizações civis que surgem na sociedade, por exemplo, nas comunidades, sindicatos ou associações geralmente demonstram na prática que há um abismo entre o discurso e a execução, ou seja, de um lado pode ter uma grande quantidade de pessoas, por outro lado, não apresentam

um engajamento político, tornando uma espécie de manipulação comunitária e pragmática para atender a determinados grupos sociais.

Mesmo assim, a comunidade participativa sabendo que não existe de fato e que há um número reduzido de pessoas conscientes sobre o assunto, não pode desprezar o direito e o acesso as organizações, pois, democraticamente é um dos mecanismos de participação coletiva.

Portanto a preocupação referente à aprendizagem formal e política dos alunos no mínimo há dois cuidados em especiais relativos à avaliação. O tipo de julgamento que o avaliado é submetido na sua intensidade política e a observação constante sobre a prática docente e discente na formação ética, democrática e solidária entre as pessoas.

1.4- Os mitos da educação brasileira

A avaliação por tratar-se de um instrumento qualitativo, visando um avanço significativo com relação à aprendizagem, tanto para o aluno quanto para o professor, percebemos conforme pesquisas em educação que não apresentam algumas conformidades, tais como, presenciamos diversas práticas incoerentes na medida em que buscamos mais informações sobre este assunto.

Essas abordagens desconexas da emancipação política, representadas no cotidiano escolar são na verdade procedimentos equivocados que marcam a estrutura educacional fomentado pelos mitos que fazem parte dos hábitos vivenciados nas instituições educativas.

Um dos primeiros mitos representados na escola é a questão da “progressão continuada”, na teoria basicamente parte do ensino fundamental no qual prevê avanços de alguns alunos que não aprenderam em determinado período e adquiram o conhecimento em suas séries seguintes. Em detrimento do respeito ao ritmo do próprio indivíduo em sociedade o aluno é aprovado durante esses ciclos.

Na prática, a progressão continuada apresentou outro rumo, tendo em vista do que foi elaborado em sua essência, serviu para ocultar menos os problemas com a aprendizagem do que a deficiência escolar.

Partindo do pressuposto que as medidas legais tinham a intenção de atender os contratos na educação básica, na medida em que a instituição realizava um programa com seriedade e os problemas não eram resolvidos, desencadeava uma espécie de auto-defensiva institucional, apontado o aluno como o problema que havia no processo de aprendizagem.

“[...] Assim, facilmente acontece que, em vez de progressão automática, o que sucede é que, ao término do segundo ano, o aluno continua ainda bastante analfabeto. Na verdade, quem mais precisaria de ‘ciclo básico’ não é o aluno, mas o professor e o diretor, ou o sistema escolar como um todo”. (Demo, 1996, p.55)

Desta forma, o processo emancipatório não existia, havia um entendimento distorcido da proposta sobre progressão automática, pois a aprendizagem não mais concebia como a conquista e a reconstrução do aluno, mas a aprovação pela concessão do sistema. Por não conseguir resolver os problemas de aprendizagem, havia uma quantidade significativa de alunos concluindo os ciclos escolares sem saber.

Diante desse aspecto algumas descontinuidades comuns foram apontadas pelos pesquisadores, como equívocos regulares que faziam parte do cenário educacional, tais como: havia o entendimento de evitar a avaliação comparativa por consequência do ritmo de cada aluno, ao mesmo tempo vivendo numa sociedade comparativa; evitava-se a discussão sobre a realidade social, uma forma encontrada para os alunos e a sociedade não contrapor a exclusão social; e o aluno ao ser aprovado automaticamente dentro dos ciclos, levava consigo muitas vezes resultados camuflados a respeito de sua condição e ao final sua auto-estima feria-se, por não ter aprendido durante todo o tempo permanecido na escola.

Mesmo assim, entendemos que a progressão automática transmite uma imagem válida, pois revela na sua prática contraditória a originalidade da qual foi criada, que devemos aprimorar a qualidade do processo de avaliação e ao mesmo tempo, os responsáveis pelo sistema educacional assumir o compromisso pela aprendizagem do aluno.

Caso contrário, sem acontecer mudanças radicais na estrutura educacional, continuará existindo atitudes equivocadas no intuito de definir essas incoerências, mas sem resolver os problemas de fato.

Assim sendo, o modo como tratar a avaliação é indispensável para aprendizagem do aluno, pois se há falta de conhecimento sobre a dimensão política e pedagógica poderá reforçar esse estigma histórico, que é a ampliação das relações desiguais fundada numa sociedade desigual.

Ademais um dos princípios relativos à emancipação popular é o confronto face a face, com criatividade e crítica combatendo os desequilíbrios sociais da realidade. Não esquecendo que, esse reconhecimento enquanto necessário trata-se do cuidado pedagógico no qual pela avaliação, resgata a auto-estima do aluno, propondo reflexão e atuação consciente no mundo.

Outro mito que geralmente existe nas instituições de ensino é a “nota”. Uma das medidas consideradas foi evitar a mensuração numérica, pois acreditava que basicamente consistia em revelar resultados grosseiros por representar aspectos quantitativos.

Assim alterou-se para conceitos, por exemplo, ao invés de registrar o valor da nota do aluno o número dois, que traduz uma situação grave com relação à falta de aprendizagem, passou a ser lançado como “insuficiente” em seu boletim.

Ao tratar-se de um sistema avaliativo, então qual retrata a melhor forma para diagnosticar a situação do aluno? Pois, até mesmo em Universidades, local de formação de professores trabalha-se tanto com conceitos quanto notas numéricas em suas aulas.

Ao mesmo tempo outros professores inventaram sistemas avaliativos com sinais positivos e negativos, ou com representações de letras e outros mais sucintos, com a simples e direta aprovação ou reprovação.

Mesmo com essa diversidade de demonstração sobre a condição de aprendizagem, no fim do processo o aluno não há como defender-se, muito menos ter a oportunidade de recuperação com relação a sua aprendizagem.

“No fundo, qualquer diagnóstico tem esse efeito, mas o avaliado, de modo geral, espera da menção mais que apenas a indicação de

aprovação ou reprovação. Sobretudo no caso de reprovação, seu caráter apenas sumário é injusto, já que não dá ao avaliado chance de defesa, ou pelo menos de saber as razões, inclusive para se corrigir e recuperar-se". (Demo, 1996, p.59)

Por outro lado, tornou-se claro que, para iniciar um planejamento adequado que garanta a aprendizagem do aluno, um dos princípios não é a idéia da nota ou menção em si, mas um diagnóstico com qualidade de maneira que crie oportunidades para o aluno aprender.

Outro mito nas escolas é a denominada "prova", pois sua realização acontece em momentos pontuais e sua elaboração é direcionada geralmente para atender a memorização do conteúdo, deixando de lado o cuidado com o processo de aprendizagem no que diz respeito a outras habilidades a serem desenvolvidas.

A situação torna-se ainda mais grave quando o professor utiliza apenas como instrumento de avaliação a prova, criando um descompromisso formal e político no processo de aprendizagem do aluno, deixando lacunas de possibilidades e conhecimentos no qual é para atender as necessidades do estudante.

Entretanto a prova como instrumento vivenciado por diversos momentos na vida das pessoas, não pode ser descartada, por exemplo, observa-se que para determinadas situações podem ser utilizadas para recrutamento em recursos humanos de empresas privadas, no ambiente educacional para vestibulares e concursos públicos para assumir cargos ou funções públicas.

Retomando a temática "educação", há tratamentos mais adequados que expressam informações sobre o diagnóstico do aluno, tais como, dependendo dos objetivos, a prova realizada com consulta elaborada com questões criativas e reflexivas, que exija do aluno um pensamento elaborado de maneira fundamentada.

Em situações mais flexíveis, por parte da instituição, pode haver a substituição da prova por pesquisas que façam parte da rotina diária. Isso tem demonstrado melhor aproveitamento para desenvolver a autonomia, a experiência com diversos recursos e a motivação de descobertas, repercutindo

em resultados mais qualitativos com relação à composição do diagnóstico do aluno de sua aprendizagem.

Sobretudo, um dos mitos mais desastrosos é a ocultação da pedagogia do conflito dentro do processo educacional, restringindo a possibilidade do aluno de obter consciência e desenvolver sua criticidade e criatividade para enfrentar os problemas sociais.

Outro agravante referente a essa questão acontece quando o professor entende que sua avaliação é a única permitida para que o aluno aprenda, quando chega a este estágio a recomendação é que o avaliador reflita sobre o seu trabalho e utilize-se do recurso de recuperar-se, no qual o aluno deveria ter o mesmo direito.

Portanto, partindo do pressuposto que a educação mostra suas dificuldades, ao mesmo tempo, em seus horizontes de possíveis respostas realizando adaptações com flexibilidade a diversas situações, observamos que além da avaliação formal que tradicionalmente faz parte de nossas vidas, outros aspectos como o respeito, o cuidado, a dedicação entre outros, também contribui sensivelmente para a aprendizagem do aluno.

2- Políticas Públicas de avaliação na educação

2.1- Olhar positivo das políticas públicas

A avaliação como instrumento empregado no âmbito educacional além de necessário ele é importante e indispensável. Sua utilidade elaborada com critérios sólidos oferece um amplo e profundo diagnóstico para gestores e professores na instituição de ensino.

Sob a concepção capitalista a educação é vista como um produto, oferecido por um serviço. Desta forma, a avaliação vem com a intenção de melhorar a prestação do serviço educacional oferecido à sociedade.

Conforme os avanços tecnológicos a cada dia com suas quebras de recordes nas construções de equipamentos, na alta velocidade de propagação de informações e em prestações de serviços, a sociedade avança e estabelece seu próprio ritmo imposto pelo mercado econômico.

Com isso a avaliação acompanha esse movimento dinâmico entre a criação de um produto e torná-lo com qualidade, principalmente nas escolas nos diversos níveis de ensino, aguardando formar pessoas competentes para atender as exigências.

Esse compasso intenso atual é percebido nos sistemas educacionais em geral, incluindo o ensino superior sobre a avaliação, foi a primeiro momento inserido pelas próprias instituições de ensino e posteriormente absorvido pelo poder público.

Quando pesquisamos sobre a avaliação percebemos que não é algo atual, existe já há algum tempo. Essa prática pedagógica costumeira é empregada a longas datas por diversos países, por exemplo, no Reino Unido, pela sua tradição, isto está consolidado, os seus programas de cursos e o reconhecimento histórico de suas instituições, transmitem as necessárias garantias, pelos frutos que já colheram durante a história, formando pessoas que serviram de referências em vários segmentos da sociedade.

Na região da América do Norte, especificamente Canadá e nos Estados Unidos, esses países procuram distanciar-se da excessiva participação da autoridade pública, lembrando que esta prática não é obrigatória por parte do governo.

Assim, nessas regiões mencionadas, como em outros países já vigora-se a avaliação de maneira sólida, a concorrência entre as instituições e a seriedade conquistada há séculos, dão-lhe a segurança e credibilidade de poder manter-se durante todo esse tempo.

Nos Estados Unidos no que se refere à avaliação, temos basicamente dois segmentos. A auto-avaliação, bem estruturada pelas instituições de ensino e, a supervisão de credenciamento, um órgão desempenhado desde o século XX. E, neste país a educação de ensino superior, não pertence à alçada do governo federal, mas, das unidades federativas, conhecido como Estados.

O Brasil diferente dos Estados Unidos tem um Ministério que é responsável pela educação básica até o ensino superior em todo o território nacional. Mas, somente a partir da década de 1980 que houve uma preocupação formal sobre este assunto.

Algumas experiências foram providenciadas, outras abolidas, até chegar ao que temos hoje no ensino superior. Para os cursos de graduação o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes ENADE e para os cursos de pós graduação, programas elaborados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- CAPES.

Até o momento entre a implementação e as ocorridas mudanças, podemos dizer que se trata de um processo em que não há um modelo de

avaliação consolidado para os cursos de graduação, periodicamente está sendo realizadas diversas mudanças estruturais. Não é o mesmo caso dos cursos de pós graduação, que já conseguiram implementar em seus programas e aplicações um reconhecimento consolidado.

Entre os ajustes que estão sendo realizados podemos entender que, a necessidade da avaliação é um elemento indispensável para orientar a gestão e na elaboração de políticas públicas no qual já tornou-se assimilada está idéia tanto pelas instituições de ensino quanto pelo poder público.

“[...] a idéia da necessidade da avaliação como elemento indispensável de gestão e dispositivo orientador das políticas públicas parece já ter sido assimilada tanto pelo governo quanto pelas instituições”. (Juliatto, 2005.p.184)

Essa veloz difusão e propagação de práticas avaliativas em diversos segmentos da sociedade, em especial a educação, deve-se há alguns motivos, entre eles: a importância da avaliação em si como um instrumento prático e diretivo para a instituição; nas diversas mobilizações sociais em defesa da qualidade do ensino; no aumento de pessoas conscientes e envolvidas com esses problemas, olhando-se como consumidora e pagadora de impostos.

E por último, um destaque que ecoa sobre a sociedade, segundo cientistas políticos, economistas e entre outros, a educação moderna é mais um ganho extra para o mercado mundial, isto é, há um esforço de aumento de reservas de um campo ainda não ocupado com grande intensidade.

Em diversos países encontramos forças poderosas, tais como, a concorrência, a própria globalização e o confronto entre ensino privado e ensino oficial, que impulsiona o crescimento de qualidade do ensino superior e da pesquisa. Por outro lado, esses mesmos grupos acabam influenciado e até mesmo determinado o uso da avaliação acadêmica e sua forma de atuação.

Desta maneira, a preocupação com a avaliação será constante, suas razões básicas correspondem a uma sociedade com interesses nas instituições educacionais, o cidadão e o governo não irá deixar de lado a sua efetivação e importância no cenário mundial.

Segundo as novas perspectivas no futuro a sociedade será cada vez mais exigente com relação à educação superior e, as escolas terão que garantir as suas propostas sob pressão da sociedade em detrimento do orçamento familiar e o pagamento aos cofres públicos.

De acordo com o alto crescimento de instituições de ensino, quando conscientizarem-se de fato do valor e a eficácia da avaliação, será praticada de maneira sistemática e espontânea. Os problemas financeiros vividos pelas instituições forçarão a realizar melhor uso de seus recursos dirigidos aos bens e serviços prestados a sociedade.

Isso leva-nos a entender que, a avaliação aprimorou-se nas últimas décadas, proporcionando condições para a sociedade melhorar suas estruturas administrativas e pedagógicas.

Deste modo, hoje em dia podemos observar que avaliar as instituições educacionais e tornar público o grau de qualidade considera-se essa medida como uma responsabilidade social, tanto pela instituição por demonstrar sua condição, quanto para o cidadão ao ter acesso à prestação de serviço em que foi requerida.

Esse passo corresponde à prestação das condições institucionais revelada pela avaliação no qual vai fazendo parte do modo de funcionamento de todas as instituições de ensino preocupada com sua qualidade.

2.2- A administração acadêmica sob a ótica da gestão

Atualmente a rotina de avaliar nas instituições de ensino faz-se muito presente e entende-se essa medida como algo necessário e indispensável. Sabemos que é um processo trabalhoso no Brasil, há um imenso espaço para introdução, prática e desenvolvimento de métodos para o uso deste instrumento.

Numa análise mais detalhada, confirmamos que a avaliação é prática essencial da administração. Uma coordenação que esforça-se para liderar

peessoas buscando objetivos em comum garante os propósitos com eficiência e eficácia dentro do processo até os resultados finais.

E isso é medido pela mensuração, informação que releva os avanços ou retrocessos no qual compõem os elementos necessários para os gestores ou administradores redirecionar, manter ou aperfeiçoar os procedimentos que as pessoas se submetem a realizar para alcançar a qualidade.

Nos dias atuais as entidades buscam em sua filosofia melhorias de aprimoramento tanto para o gerenciamento, quanto para a instituição e, percebem que sem a avaliação o processo torna-se incompleto, podendo tornar-se um potencial danoso a sociedade.

Segundo Wildavski (1972) traz o tema da avaliação, numa ótica administrativa, percebe como a organização ideal a auto avaliadora, no qual com o permanente monitoramento de suas atividades isto garante observar se os objetivos estão sendo alcançados ou devem prevalecer.

Para Bennis (1984) explora o conceito de “aprendizagem educacional” inserida na administração, traz a idéia de que é a capacidade da organização descobrir meios e caminhos, monitorá-la e comparar os resultados com os objetivos previstos. O autor salienta que a organização deve estar fundamentado com dados fidedignos e atuais, pois são as ferramentas que poderá guiar seguramente para realização das necessárias intervenções, buscando ampliar a instituição de maneira sólida.

Com isso leva-nos a entender que, o objetivo último da avaliação é o aperfeiçoamento da instituição e, para a universidade o uso deste instrumento é um elemento essencial em busca da qualidade e excelência.

A avaliação na relação entre teoria e prática não pode ser vista como uma prática paralela ou um adendo superficial, pois retrata um impacto em toda operação realizada dentro do processo educacional.

Ao passo que, a maioria das organizações institucionais avalia sua política de vez em quando, outras instituições praticam sua auto-avaliação de modo permanente.

Isso faz lembrar que este estilo contínuo de avaliar-se, exige a compreensão de várias atitudes, como a mudança e a inovação dentro da organização. Observando numa ótica profissional, as pessoas passam pela auto avaliação e percebem os requisitos básicos necessários para ocupar sua função ou cargo específico dentro desta instituição.

Um dos exercícios básicos da organização que promove a auto avaliação é proporcionar aos seus membros condições para os estudos de mudanças. Há de certa forma uma contradição no conceito entre a avaliação e organização que está presente na política das instituições de ensino.

A avaliação desenvolve a mudança, a dúvida de possível ou alguma descontinuidade no processo, enquanto a organização resulta o sentimento de estabilidade e o compromisso pelos resultados dos objetivos alcançados.

Segundo Roger Sell (1989) essa contradição é inevitável, acaba alastrando-se por todos os setores da organização em que, com doses administráveis torna-se possível o gerenciamento institucional.

Mas a ingerência pode causar danos dramáticos, no qual vê-se iniciar com algo pequeno até chegar ao ponto de um desafio que pode gerar uma renovação ou a decadência do sistema.

O que podemos perceber também nas organizações com propostas de auto avaliação geradoras de mudanças são membros comprometidos com os objetivos da instituição. A aceitação do desconforto pela mudança e a iniciativa pessoal de participar da avaliação, observam como melhorias significativas dentro do processo. Ao mesmo tempo há membros com recuos ou medo das mudanças, por não compartilham das mesmas idéias.

Assim leva-nos a pensar que na teoria todos tem a intenção de melhorar a instituição, mas, na prática muitas vezes surge resistência sobre a situação de avaliar-se e manter os velhos hábitos.

Contudo, a premissa da avaliação ser essencial para o avanço qualitativo é legítima e reforça a auto-estima de qualquer organização, por exemplo, Mackenzie (1969) apresenta suas funções gerenciais administrativas

na figura de um símbolo, uma roda dentada, com a idéia de cada dente proporcionar a continuidade de elementos interdependentes existentes numa organização em busca da excelência.

O funcionamento desta roda aplica-se em diferentes fases: o planejamento, a organização, a alocação de pessoal, os componentes de direção e a avaliação. Logo abaixo, servindo como um breve relato procuramos explorar cada um deles:

O planejamento trata-se sobre a primeira fase no qual representa a definição de objetivos, as metas, os programas, o orçamento na instituição e etc.

A organização corresponde à definição dos elementos físicos e organizacionais quanto à maneira pela qual as coisas irão acontecer.

A alocação de pessoal reúne a seleção de pessoas para realizarem treinamentos voltados ao melhor desempenho de suas funções.

Para movimentar essa engrenagem serão necessários “componentes de direção” no qual representam a capacidade de decisão, liderança, motivação, entre outros.

E na última fase, a avaliação é cercada por acompanhamento e o controle de qualidade com estudos e a análise institucional. Lembrando que, para esta fase a instituição percebe a presença obrigatória porque se remete ao equilíbrio da administração.

Assim sendo os estudos institucionais de avaliação são completamente necessários para garantir o planejamento, a validação e o sucesso no processo de gerenciamento do sistema.

Na medida em que as organizações internalizam estudos sistemáticos de avaliação com propostas que origine mudanças qualitativas, isso transporta para o comportamento de seus membros hábitos comum para o corpo da instituição.

Deste modo, o que se faz necessário e urgente é a administração universitária que encontramos em diversos lugares, saírem da condição empírica de realizar ensaios sem resultados sólidos, para um estágio científico e profissional que remeta-se a um espaço produtivo.

A sociedade demonstra fadiga com relação ao ensino superior, apresentando sua fraca efetividade e baixa produtividade. Deve-se buscar a preservação e o aperfeiçoamento da qualidade do ensino, principalmente no que diz respeito à pesquisa científica e aos serviços prestados a comunidade.

As instituições devem fazer uso de avaliação criteriosa no sentido de trabalhar com os indicadores para melhorar de modo contínuo do seu desempenho.

Com o uso freqüente da auto-avaliação isto proporciona para a instituição mecanismos para sua realidade no qual resulta em possibilidades de medir o grau de eficiência com relação aos seus propósitos e sua missão.

Segundo Petter Ewell (1987) a instituição que se examina regularmente, acaba obtendo ciência de suas características, alcance dos seus objetivos e capacidade de recursos e deficiências.

O autor ressalta que a avaliação forja-se por si, discussões internas que levanta questões vitais e, que tais inquietações não são retóricas e vazias, são informações sólidas que acaba unido à comunidade científica.

2.3- A garantia da qualidade institucional

Como podemos perceber para alcançar a qualidade na educação não há espontaneísmo e tão pouco as coisas acontecem por acaso. Os resultados almejados estão relacionados ao comprometimento e a coragem das lideranças docentes e administrativas da instituição.

A avaliação integra ao sistema educacional como um instrumento que permite a gestão uma mudança efetiva da realidade. Segundo Krueger e Heisserer (1987) refere-se à avaliação como compromisso da administração

em busca da qualidade, proporcionando para a instituição sensibilidade de consciência nos resultados encontrados e uma disposição permanente as necessárias renovações.

Ressaltamos que alcançar este estágio, relativo à concepção de auto-avaliação, sugere-se entre vários aspectos negar a atividade esporádica e incorporar a prática educativa na instituição.

Conforme Ewell (1987) aponta com firmeza sobre as necessidades de avaliação para a instituição, numa perspectiva que vai ao encontro deste trabalho, ele propõe que deve ter um esforço institucional na busca da excelência considerando dois estágios fundamentais para esta situação.

Em primeiro lugar, a instituição deve elaborar a sua própria definição de excelência a partir do seu ambiente e sua perspectiva. Em segundo lugar, a avaliação deve apoiar-se no sucesso desta perspectiva, mediante a exames sistemáticos e participativos. Analisando os resultados, a instituição poderá elaborar suas estratégias para ações futuras, para alcançar ou recuperar os objetivos.

Ademais, o que notamos com as instituições comprometidas apresentando iniciativas próprias de implantarem a auto avaliação. Essa introdução acompanhada de seriedade e responsabilidade desencadeia naturalmente uma prestação de serviço educacional com qualidade.

Nesse momento são comprovadas duas características: a primeira o interesse em alcançar um estágio de alta qualidade de modo permanente. A segunda, comprovar o cumprimento do compromisso assumido a partir dos objetivos previstos.

Desta forma, a auto-avaliação concentra-se numa espécie de fórum da sinceridade, permitindo que a instituição desenvolva a busca da excelência. Segundo Chambers (1984) chama-nos a atenção sobre a escola que não se encaminha criticamente de maneira sistemática, torna-se uma instituição imprópria em que seus resultados são alvos de dúvidas.

O mesmo autor levanta a questão de que, a qualidade é a chave para o ensino superior, mas, são poucas as instituições que fazem o devido uso do instrumento como a auto-avaliação.

Um alerta ecoa sobre a sociedade, a instituição que não assumir a iniciativa pela sua própria avaliação por desempenho, outros segmentos implementarão a necessária rotina de avaliar-se, por intermédio de leis e decretos.

Assim sendo, a educação superior abarca enormes desafios, por outro lado, diversas oportunidades para que este segmento social desenvolva de maneira qualitativa.

Podemos observar enquanto Chambers (1984) propõe a idéia de que a auto avaliação honesta, mesmo oferecendo alguns riscos, ou contrária aos desejos subjetivos de algumas pessoas, é o início do caminho verdadeiro para o alcance permanente da excelência acadêmica.

A avaliação é a melhor maneira para o aperfeiçoamento e a busca nos resultados geradores do aprimoramento institucional. Poder ter o controle do melhoramento da qualidade educacional, passar a ser a finalidade primeira da avaliação em seus diversos níveis de ensino e departamentos.

Segundo Rummler e Brache (1990) destaca que se o processo não pode ser verificado e medido, não há como administrá-lo. A mensuração é fator indispensável para perceber o alcance dos objetivos institucionais previstos. E para garantir esse domínio de eficácia na organização e efetividade no sistema é necessário medir, monitorar e controlar, são requisitos a serem preenchidos com intuito de melhorar o desempenho da instituição e do sistema.

Sem mensuração, os organizadores ficam sem base, os gestores da instituição não dispõe de elementos que irão contribuir para melhores decisões, identificar falhas e quantificar a produção para alcançar a condição de excelência.

Nos casos de professores, funcionários e estudantes a falta de mensuração, implica no impedimento de saber o que se espera do grupo, aquilatar seus esforços e identificar as áreas que precisam de melhorias.

A instituição que se mantém e busca cada vez níveis mais altos de excelência, depende da organização ser capaz de entender o termo qualidade para poder medi-la e por intermédio do bom senso realizar as mudanças necessárias indispensáveis para alcançar seus objetivos.

Os benefícios que a avaliação pode oferecer a qualidade da educação, basicamente são: esclarece claramente os objetivos da escola e dos cursos oferecidos; disponibilizar o suporte a todo planejamento institucional; e buscar junto à comunidade acadêmica uma perspectiva de atender aos objetivos comuns elaborado pelo grupo.

Ademais, a enorme contribuição que a faculdade ou a universidade recebe com o uso da avaliação a rigor é o aprimoramento geral da instituição acadêmica. Isto acontece quando de certa maneira encontramos: a avaliação servindo como agente que promova a renovação e mudanças do sistema, quando há maior racionalidade na elaboração dos planejamentos; uma visão clara do que é a instituição e seus cursos; aperfeiçoam o uso de recursos e treinamento de pessoal; garantem a circulação de informações importantes; incentivam a cooperação e a integração entre todos os profissionais.

Mais ainda, somando a todos esses aspectos que direciona a instituição ao encontro com a excelência, obtemos uma redução sobre a politicagem, partindo do entendimento que as conquistas são pelos méritos e ou conhecimento adquirido.

Para a sociedade que circula na instituição e pela juventude estudiosa, os benefícios que compõem a avaliação são inúmeros, porém, ressaltamos que de maneira geral, o uso deste instrumento permite aprender com os melhores programas educacionais.

Sabemos que a partir da publicação dos resultados, a comunidade acadêmica e interessados ficam mais informados, há contribuições para tomadas de decisões, tanto por parte dos organismos externos que contratam

os seus serviços, quanto para os familiares que buscam realizar algum curso superior. Assim, a instituição expande suas receitas com estratégias e alcançam públicos ainda a serem atingidos pelos seus serviços.

Segundo Simon Schwartzman (1988) menciona que a introdução da avaliação nos cursos de ensino superior traz um novo sentido de honra às atividades do ensino. Atualmente a ênfase nos programas de pós-graduação e a perda de reconhecimento nas atividades pedagógicas nos cursos de graduação. Com a presença sistemática da avaliação na graduação a expectativa é tornar-se revalorizada.

Portanto, a avaliação diante de todos os aspectos que a cerca, ela proporciona mudanças qualitativas e além de tudo atitude educacional. Dressel (1976) menciona que “a avaliação contém a essência da educação”. Leva-nos a compreender que o exercício de avaliar com a devida responsabilidade e solidez em seus critérios, não deixará de ter seus bons resultados.

E a iniciativa de trabalhar com a auto-avaliação é antes de tudo um ato de coragem, pois revela a abertura da verdade dos fatos, a demonstração da honestidade e a coerência com o compromisso pela causa da qualidade. A avaliação assinada com seriedade torna-se um elemento acelerador de confiança e respeito mutuo entre a comunidade acadêmica.

2.4- Avaliação quantitativa e qualitativa

Para compreender os aspectos relevantes e fundamentais da avaliação realizaremos uma breve exploração sobre suas idéias e concepção. A avaliação é um instrumento utilizado para coleta de dados sob um processo sistemático, busca-se mensurar e analisar o desempenho da instituição.

A instituição de ensino preocupada com as informações promove ações administrativas no intuito de auto renovar-se e aprimorar seu trabalho. No caso específico da auto avaliação institucional, enquadra-se como uma categoria mais ampla dos estudos educacionais, obtendo como objeto de

pesquisa a própria instituição para o desenvolvimento de seus aspectos e áreas.

A sua diretriz da instituição pode agregar diversos aspectos, entre eles: os estudos avaliativos, estudos comparativos ou analíticos, projeções, relatório de atividades, levantamento de dados, entre outros.

Neste momento nos atemos somente na auto avaliação. A sua presença tornou-se necessária e dominante no Ensino Superior, pelas circunstâncias da movimentação interna ajustando-se a cada caso. Esta forma de avaliação atrai tanto a qualidade quanto o aprimoramento da própria escola.

O uso desse instrumento por essa perspectiva tornou-se a fonte que revela os resultados a serem almejados, é o comprometimento interno da comunidade acadêmica em busca de melhoria contínua da instituição.

Lembramo-nos de que, a avaliação externa quando alcança os resultados previstos na instituição, não adquire essa condição pela imposição de fora para dentro, parte da iniciativa assumida internamente da organização. Segundo Seymour (1990) argumenta que, em última análise a qualidade da educação não pode iniciar pela inspeção, legislação e regulamentações externas. O sucesso surge a partir do conhecimento do ambiente que o cerca e o comprometimento interno de todos os colaboradores.

No primeiro instante a avaliação é apenas medir e julgar, ao aprofundarmos sobre este tema percebemos que é muito mais do que isso. Na verdade além desses dois aplicativos há inserção de outros, por exemplo, o julgamento de valor que recai sobre a questão ética e a comparação com outros padrões de referência.

A informação “valorativa” adquirida pela avaliação oferece condições aplicadas a algumas situações, tais como, a extinção de alguns programas, a extensão de outros, a continuidade entre outros.

Segundo a literatura sobre a avaliação, encontramos dois tipos comuns nas instituições, uma conhecida como formativa e a outra somativa. Uma das

diferenças categóricas são as iniciativas e as utilizações que tratam os resultados.

A avaliação formativa é desenvolvida para melhorias em programas, atividades, cursos. Procura trabalhar na resolução dos pontos fracos e melhor aproveitamento dos pontos fortes. As obtenções das informações representam o preenchimento do diagnóstico para futuras intervenções, o desenvolvimento de setores e ou atividades da instituição.

A avaliação somativa aplica-se ao julgamento de valor, tem aplicações de natureza conclusiva, para análise de desempenho, decisões com relação à continuidade ou expansão, alocação de recursos, promoção de pessoas.

Além disso, encontramos outras abordagens conceituais sobre a avaliação no ensino superior, tais como: “avaliação de laudo profissional”, representa uma forma de avaliação elaborada por especialistas no qual os critérios e a sentença final ficam em suas mãos; a “avaliação sensível iluminativa” que propõe o reconhecimento da situação e efeitos encontrados nos programas, busca detectar os efeitos colaterais e resultados não antecipados; a “avaliação congruência entre desempenho e objetivos” no qual busca analisar o grau dos objetivos alcançados nos programas, podendo ser em atividades ou na própria unidade examinada, conhecida também como avaliação de desempenho; e a “avaliação endereçada à tomada de decisões”, nesta última forma, encontramos o tratamento que se aplicam na apreciação e alternativas para a tomada de decisões.

Segundo Gardner (1977), a expectativa do efeito desta última concepção de avaliação é um contínuo entrosamento entre administradores e avaliadores, tais como, nas informações relevantes e na sistemática da coleta de dados disponibilizado em tempo para as decisões necessárias.

Contudo, o critério de abordagem de cada uma dessas concepções acontece desde que tenha o contexto para o uso e o propósito específico para serem atingidos. Assim todas quatro abordagens utilizadas apresentam o seu lugar no ensino superior. No entanto, ao aprofundarmos mais sobre o tema observamos duas dessas concepções vista com mais frequência nas

instituições, a “avaliação de congruência entre desempenho e objetivos” e a “avaliação endereçada à tomada de decisões”.

A “avaliação de desempenho” realizada nas instituições pode apresentar-se sofisticada ou não, mas necessariamente encontramos alguns elementos básicos. Vejamos:

“1) Identificação dos objetivos gerais e específicos do projeto, coisa ou programa que vão ser avaliados. 2) Esclarecimento das variáveis que afetam o desempenho. 3) Identificação dos critérios ou padrões de aferimento do desempenho. 4) Desenvolvimento ou identificação dos instrumentos, técnicas e procedimentos para a coleta de informações relativas ao desempenho. 5) Coleta de dados relativos ao desempenho. 6) Comparação das informações relativas ao desempenho com os padrões pré estabelecidos, para condizente juízo de valor. 7) Comunicação dos resultados da avaliação às diversas audiências e públicos apropriados”. (Juliatto, 2005, p.194)

Neste modelo podemos perceber que o elemento crítico fundamental no processo de avaliação são os critérios definidos e os objetivos claros que contribuem no julgamento do relativo sucesso ou fracasso no processo da instituição. E, uma das preocupações está voltada a qualidade dos dados coletados, pois, caso tenha confusão ou contradição, dificulta futuras intervenções na resolução dos problemas.

Tradicionalmente nas instituições de ensino para a pesquisa avaliativa utiliza-se de medidas quantitativas. Esta escolha é fundamentada geralmente nas seguintes idéias: nas exatidões das informações numéricas, no desenvolvimento dos métodos, no uso dos instrumentos estatísticos e no crescente grau de automação na coleta de informações.

Esses dados podem ser colhidos de diversas maneiras, por exemplo, em testes de mensuração, escalas de variados tipos e amostrar estatísticas. A informação encontrada na base de dados é entendida com algo mais confiável, ou seja, considerado mais científico, pois, percebe-se como um retrato mais próximo da realidade.

Durante os últimos anos, podemos perceber que a coleta de dados sobre a natureza qualitativa é preferência das instituições. Isso é utilizado

normalmente nas formas de impressões e opiniões de pessoas ou grupos sob configuração de entrevista ou questionário, com questões abertas ou até mesmo observações de campo.

Suas respostas são de extrema importância, pois é a base reveladora para garantir as informações quantitativas. Já os dados qualitativos seguem outro sentido, uma visão ampla de discussões em que nem sempre as mensurações numéricas podem garantir.

Portanto, as informações somente de natureza qualitativa nas instituições é um procedimento insuficiente, não contempla a avaliação, tão pouco a tomada de decisões.

Quando tratamos da coleta de dados e da avaliação, dependendo da natureza a ser estudado, podemos nos fundamentar por intermédio da avaliação quantitativa ou qualitativa. Ambas são previstas como complemento dentro de um contexto global de avaliação.

2.5- Especificidades da avaliação no ensino superior

Nas instituições de ensino é empregado como objeto de avaliação diversos segmentos, entre eles, a área ou a unidade, programa de cursos ou pesquisa e setores ou campo de atividades.

No ensino superior as avaliações são atraídas principalmente pelos aspectos relacionados à instituição, aos cursos ou programas de especialização, a equipe técnico-administrativa, ao desempenho do corpo docente e dos estudantes.

A exemplo deste panorama, um especialista Richard Miller (1979) em avaliação, busca elencar elementos gerais para melhor compreendermos:

“(...) enumera dez aspectos principais do empreendimento acadêmico que devem ser submetidos à avaliação : 1) pertinência de objetivos e metas institucionais; 2) formação e aprendizagem dos estudantes; 3) desempenho dos professores 4) cursos e atividades de pesquisa; 5)

adequação do corpo técnico-administrativo e de apoio; 6) desempenho da direção e da administração; 7) gestão financeira; 8) desempenhos dos conselhos acadêmicos; 9) influência da instituição na comunidade; 10) apoio ao aperfeiçoamento institucional pela avaliação e inovação”. (p. 7)

Outro esquema explorado com mais simplicidade e propriedade, Cameron (1984) propõe quatro elementos básicos para determinar a eficiência da instituição educacional: avaliar os objetivos, insumos, processo e produto. E a concepção de qualidade está relacionada diretamente com a efetividade da educação.

Assim o trabalho educacional está inteiramente ligado aos resultados alcançados e isto é que irá determinar a qualidade institucional. Avaliar é medir sua eficiência e relacionar com os objetivos previstos, verificar o seu desempenho. A instituição que apresenta sinônimo de qualidade é aquela que cumpre o que promete e consegue o que pretende.

Desta forma, deixa claro que a qualidade institucional está relacionado com os resultados dos objetivos previstos. Ao mesmo tempo para alcançar este patamar, há que destacar também a relação entre os insumos com o processo empregado, para atingir a esses objetivos.

Ao aprofundarmos sobre os procedimentos, percebe-se que há um trabalho dirigido e cuidadoso com os recursos da instituição e a forma de lidar com esses números. Para compreendermos sobre as aplicações conceituais destas categorias que são inerentes a qualidade da instituição encontramos:

“[...] O conceito de insumo, tomado da ciência econômica, aqui empregado em sentido abrangente, significa toda gama de recursos que a escola emprega na realização do seu serviço educacional. Inclui: livros, biblioteca, equipamentos, laboratórios, a própria inteligência e esforço do corpo discente, pelo que os insumos comportam também alguns ingredientes invisíveis. O conceito de processo, na sua vez, aqui se emprega em semântica ampla e fluida, comportando todos os procedimentos e operações que contribuem para a transformações dos insumos em produtos ou resultados, englobando quaisquer aspectos e variáveis de natureza didático pedagógica, curricular, organizacional e administrativa”. (Juliatto, 2005, p.196)

De certa maneira mensurar os insumos é mais prático e fácil do que medir o processo ou resultado obtido. No passado havia um interesse em particular com a quantidade. Havia um entendimento geral que os melhores recursos eram reflexos de melhores resultados de aprendizagem. Parte desta premissa, atualmente percebe-se como algo verdadeiro, deste que bem utilizados os insumos empregados na instituição.

Segundo François Perroux (1919) aponta que não há economia a não ser do próprio ser humano, nesta visão destacamos a importância da qualidade de otimizar o elemento racional de extrair e não desperdiçar o conhecimento que podemos adquirir sobre as coisas da natureza ou da cultura.

A organização quem tem sua biblioteca nunca ou pouco visitada, não gera aprendizagem significativa em seus alunos ou possuir estudantes talentosos sendo subutilizados ou mal orientados, nada diz respeito à qualidade educacional. Os insumos para repercutir em qualidade sobre o produto exige-se qualidade em todo processo.

Logo, percebe-se que a idéia de possuir recurso de qualidade produz resultado de qualidade, é apenas uma verdade parcial. Por outro lado é evidente que professores e alunos motivados adquiridos de recursos, criam enormes possibilidades de alcançar ótimos resultados.

O que deixa claro também para esta questão é que nenhuma instituição alcança resultados de excelência sem possuir recursos adequados para trabalhar.

Assim sendo, a investigação avaliativa antigamente concentrava sua atenção nos insumos. Com o passar do tempo, o aprimoramento técnico, a reformulação sobre o uso do instrumento de avaliação e o entendimento da distância que havia entre o ensino e o produto passou-se a avaliar o processo e o produto, sem desmerecer a importância que os ensinamentos traziam para o processo.

De maneira geral o juízo de valor recai sobre a instituição de ensino superior quando a sociedade analisa justamente qual é a qualidade do produto, que tipo de cidadão e profissional está sendo formado pela instituição.

Mais ainda, a sociedade deseja encontrar qual a relevância das pesquisas produzidas, a utilidade da tecnologia desenvolvida e a contribuição dos serviços prestados. Numa ótica social os resultados são reconhecidos por trabalho sistemático desenvolvidos pela instituição.

Sob a ótica do gerenciamento interno vivenciado por esta concepção, torna-se importante a avaliação de insumos e do processo. É fundamental o uso dos recursos, a administração pode manipular sua ação e manejar-los para atender as necessidades da instituição.

O gestor que percebe o produto educacional confundir-se com o resultado da escola, buscam analisar constante a avaliação dos insumos e dos processos que adota, para perceber se acompanha o mesmo caminho na busca de atingir os objetivos previstos.

Segundo Rummler e Brache (1990) propõem que a organização não é mais eficiente do que os processos empregados na instituição. Conforme suas idéias, mesmo as pessoas dotadas de talentos e motivadas não produzem o suficiente quando fazem parte de processos inadequados. Elas podem alcançar a melhoria do desempenho da instituição quando o processo permitir.

Deste modo, os processos educacionais adotados, podem tanto contribuir para o avanço ou retrocesso no trabalho do estudante, professores e funcionários. O desempenho institucional que busca a excelência deve conhecer ao máximo os recursos e avaliar tanto o processo quanto os insumos empregados.

Mesmo que possamos imaginar que o enfoque no momento seja a avaliação dos insumos e do processo, devemos pensar quando a instituição esteja fugindo de seus objetivos previstos, isto apenas acontece quando os fins e os meios divergem-se e desconectam-se das razões que deveriam fazer parte dos princípios.

Quando os administradores procedem sobre a avaliação de desempenho, muitas vezes esbarra num dilema. O foco deve estar direcionado sob aquilo que a instituição está fazendo ou aquilo que a instituição deveria estar fazendo?

Na primeira situação a instituição assume os objetivos, o processo e o tipo de resultado como pressupostos que não são questionados e a avaliação busca somente qual a situação dos resultados.

Na segunda alternativa, esse aspecto é analisado com mais profundidade, a instituição desenvolve suas atividades e considera o tipo de propostas. A instituição busca saber se está fazendo certas as coisas que realiza do mesmo modo se está fazendo a coisa certa.

Conforme Reinhardt (1973) considera a primeira abordagem denominada como microqualidade e a segunda abordagem como macroqualidade. Ambas diferenciam-se basicamente pela profundidade de análise sobre a avaliação.

A avaliação da microqualidade corresponde aos insumos, o processo e o produto. E a avaliação da macroqualidade é mais crítica, constantemente busca analisar os objetivos previstos pela instituição, realiza as medidas de ajustes com relação à missão da organização e a relevância social de seus trabalhos científicos e prestações de serviços.

Assim, os fins da avaliação de macroqualidade correspondem basicamente aos resultados, as contribuições e as conseqüências da atuação institucional com relação à sociedade, ou seja, promover melhoria ao desenvolvimento humano na vida, escola e sociedade.

De modo geral, a avaliação institucional para os cursos de ensino superior de universidades, centro universitários ou faculdades isoladas devem incluir a avaliação de microqualidade quanto à avaliação de macroqualidade.

Ao pesquisar melhor sobre a avaliação qualitativa por desempenho para a instituição do ensino superior, Cameron (1984) propõe para os administradores que são indispensáveis realizar estratégias de avaliação que

busque reduzir os pontos fracos e falhas existentes na instituição. Esse autor faz observação que é mais aceitável pelas pessoas reunir critérios sobre os problemas ou falhas do que propriamente os de processo.

Portanto os gestores consideram muito importantes a análise sobre os pontos fracos. Sabe-se que na prática utilizam-se maior tempo para a solução dos problemas, correção de falhas ou até mesmo desvios institucionais.

A verificação do fracasso pode até proporcionar mais incômodo pela maior movimentação da administração realizada na instituição, mas, conforme Plutarco a “medicina para produzir saúde deve examinar a doença” e, desta maneira, para servir os diagnósticos e intervenções, tem oferecidos resultados eficazes, a partir da utilização deste modelo de atuação na avaliação do ensino superior.

2.6- Um exemplo de avaliação Institucional

Pensar em tomada de decisão e implantar um plano de avaliação nas instituições de ensino deve ser algo empregado com alguns cuidados especiais, no qual basicamente inclui a análise de elementos críticos e a disciplina de obedecer à seqüência lógica previamente elaborada.

Segundo estudos realizados, os princípios básicos que buscam êxitos a partir desta iniciativa aplicam-se a dependência do plano estabelecido e nas habilidades dos gestores em conduzir o processo.

Deste modo, este texto tem o propósito de abordar a avaliação sob uma cobertura de qualidade de desempenho institucional, em que a efetividade da organização e os resultados educacionais tanto microqualitativos quanto macroqualitativos, explicitados no texto anterior seja um fator decisivo para o alcance dos objetivos previstos.

Apresentaremos uma análise de um modelo prático referente à implementação do processo avaliativo de Nichols e outros (1989) no qual descreve cinco passos fundamentais para sua consolidação:

O primeiro passo trata-se sobre a definição e dos objetivos gerais da instituição. É realizada para esta tarefa inicial a elaboração dos propósitos a serem alcançados.

Esse registro elaborado passa a ser um documento institucional, no qual geralmente é composto pela tradição e a filosofia educacional, as diferentes características distintas da instituição, o tipo de estudante que fará parte, as áreas de pesquisa, o ensino e a prestação de serviço a comunidade. Considerando também o ambiente acadêmico no qual corresponde a qualidade do corpo docente, o plano de carreira profissional, o currículo e seus propósitos educacionais. Este documento tem como finalidade identificar e orientar de modo geral a instituição.

Sobretudo, na elaboração deste documento requer um processo que demanda de atividades demoradas no qual há a necessidade de várias discussões participativas, aliançado de comissões por diversos meses.

No segundo passo, considerando que se trata de um panorama geral da instituição, faz-se necessário á elaboração de documentos mais detalhados. O documento pode dispor objetivos mais específicos, como a missão estabelecida será cumprida, seus propósitos e como serão operacionalizados pelos responsáveis diretos. Nesse momento é recomendável que as premissas que tratam os objetivos específicos sejam bem definidas, pois poderá auxiliar mais a frente na avaliação.

No terceiro passo, consiste num grau ainda mais detalhado, definir os resultados de cada objetivo. Lembrando que ao elaborar bem os objetivos, há uma atenção especial, na descrição das metas ou nos resultados definidos e mensurados.

A instituição educacional deve definir com clareza quando cada objetivo será realizado, sobre o alcance de cada meta a ser atingida e quem é o responsável por realizar a atividade.

No quarto passo, são elencados os elementos básicos da avaliação de desempenho ou dos resultados alcançados. Inicialmente segue com o levantamento dos indicadores de qualidade no qual evidencia a qualidade do

processo. Esta etapa deve ser mensurável, quando não há essa possibilidade de medir a opção é verificar sua eficiência na prática.

Para essa etapa são incluídos os procedimentos avaliadores no qual corresponde aos padrões de desempenho, as escolhas dos instrumentos de avaliação, a forma e o uso da coleta de dados, a sua análise e por último como será o cuidado com a divulgação do relatório final.

O quinto passo, considerado a última etapa, trata-se sobre a utilização com os resultados obtidos é para o aperfeiçoamento institucional e a melhoria do desempenho.

Portanto, quando a avaliação é executada desde seu princípio e obedecendo todos os critérios, provoca alguns ajustes menores ou maiores em qualquer parte da instituição. Para os achados desta investigação são proposto ações que recomende quais ações são necessárias para resolver os pontos fracos da instituição.

2.7- Sugestão institucional (sucesso, processo e prática)

Pensar em avaliação é se preparar para alcançar seus objetivos ou perceber as necessidades deles. Em outros países, essa atividade de avaliar não é tão recente no ensino superior, enquanto no Brasil começou-se tardio esse aspecto.

Por isso, segundo estudos realizados por diversos especialistas podemos encontrar uma vasta experiência sobre a avaliação institucional em outros ambientes, segmentos ou setores da sociedade que podem ser úteis para administradores universitários.

Propomos neste texto uma análise de alguns pontos inerentes ao sucesso educacional, ao processo e ao projeto de avaliação e, por último algumas táticas que podem contribuir para a implantação da avaliação institucional na educação.

Inicialmente, analisando sobre as possíveis experiências que podem agregar a avaliação institucional e contribuir para garantir a qualidade e sua excelência, inclusive na prestação de serviços. Entendemos que, em primeiro plano é essencial assegurar a qualidade dos projetos de avaliação, isto é, elaborar bons projetos é uma preocupação fundamental, porém isto demanda de investigações das avaliações técnicas e princípios sólidos estabelecidos.

A avaliação que abre espaços para dúvidas pode encontrar problema referente às conclusões ou mesmo a questionamentos que a descredencie. E mais adiante com a publicação dos resultados como consequência pode gerar uma redução ou anulação de sua proposta pela própria sociedade.

Uma recomendação para a instituição trata-se com relação aos cuidados e escolhas nos aspectos metodológicos: o uso com tratamento estatístico, a relevância, a confiabilidade e a abrangência de dados. Não esquecendo de que, um passo fundamental é com relação à retidão e a imparcialidade nos procedimentos escolhidos.

O projeto de avaliação deve apresentar integridade inquestionável, pois ao demonstrar distorções ou tendência haverá contestação de possíveis vítimas e perderá o seu valor.

Desta forma, a avaliação acima de tudo deve apresentar credibilidade durante sua aplicação entre avaliador e avaliado. E esta credibilidade não mantém-se pela imposição, ela é conquistada entre as pessoas envolvidas no processo.

Outro aspecto relevante é com relação aos ajustes necessários, Juliatto (2005) propõe que se devem “ajustar os projetos às características circunstâncias e necessidades da instituição”.

O autor explica que utilizando projetos de avaliação bem sucedidos numa instituição, quando aplicado em outra merece uma atenção especial dos avaliadores, pois, o projeto é aplicado num ambiente concreto. E quando há a tentativa de implantação numa outra realidade requer alguns ajustes em sua estrutura.

Essas mudanças basicamente consistem nas características do novo ambiente, isto é, reestruturar o projeto para atender a real estrutura organizacional, levar em consideração os esquemas dos administradores e ajustar-se com relação à cultura da comunidade universitária vigente. Cada instituição requer de um processo e modelo que melhor sirva para atender suas peculiaridades.

Outra sugestão importante de Juliatto (2005) contribui com a idéia de que é necessário “incorporar a avaliação a prática administrativa da instituição”.

O autor chama-nos a atenção de que, a avaliação não é um agregado qualquer, mas, parte integrante essencial da administração. Esse instrumento para tornar-se eficaz na busca da qualidade tem que submeter-se perante função administrativa e tomadas de decisões entre diversos setores.

A avaliação compõe-se no processo como um suporte indispensável para o gerenciamento, no qual busca esclarecer alguns pontos, tais como: a missão da instituição; os objetivos previstos; os pontos fracos; identificar as prioridades; dar pistas, orientar e recomendar soluções; aprimorar a instituição; elaborar critério relativo aos recursos orçamentais; e de maneira geral, alcançar maior eficácia e efetividade na organização.

Sabemos que os bons efeitos são extremamente relevantes. A instituição em busca da excelência deve periodicamente elaborar atividades avaliativas com a participação de comissões ou setores, pautados no seu calendário.

Para um próximo aspecto Juliatto (2005) descreve que devemos “incluir o compromisso de usar os resultados”.

O autor comenta que a avaliação é um processo que envolve coleta de dados para orientar a sua ação. Sua atividade é exigente, não há espaço para amadorismo. Todo esforço compensado acontece através dos resultados a serem utilizados. Quando não há um direcionamento da ação sobre o resultado encontrado, torna-se este exercício inútil e desnecessário.

Por outro lado, quando se aplica a avaliação interna não é para identificar pessoas ou setores lançando culpa em suas falhas. O pensamento de mudanças ou inovações que visa o melhoramento da instituição acompanha essa ação positiva de maneira bem fundamentada.

Conforme Barak e Breier (1990) explicam que a falta de ação, provocam esforços desastrosos, causa na estrutura a perda de credibilidade. As pessoas envolvidas não conseguem visualizar efeitos identificáveis, de modo que se torna mais difícil apoiar em futuras iniciativas.

A utilização dos resultados deve trazer efeito imediato e concreto de maneira que possa ser observado nas decisões específicas e para as atividades dos programas.

Segundo Braskamp (1989) comenta que a atividade crítica faz parte da instituição, porém sozinha ela é insuficiente. Com isso, o autor propõe o que o denomina de processo dos três; a avaliação, a análise e a opção. Um mecanismo para garantir a continuidade da avaliação qualitativa.

Segundo pesquisas realizadas, existem várias razões sobre a baixa utilização dos resultados da avaliação nas instituições, por exemplo: a inércia organizacional; traços das universidades; provável deficiência em projetos no qual não detectaram certas questões pertinentes de alta relevância; enfoque mal estruturado, não sendo possível a utilização dos resultados; e a falta de habilidade do avaliador, demonstrando dificuldades no envolvimento com relação a sua responsabilidade.

Por outro lado, o bom uso dos achados ou informações da avaliação torna-se sinônimo de sabedoria administrativa. Gestores que assumem os seus compromissos e buscam melhorar a qualidade, nunca deixam de fazer a avaliação. Torna-se uma satisfação em identificar falhas e corrigi-las, para impulsionar a instituição de novos patamares.

Em última análise, logo abaixo, trata-se de algumas idéias e práticas a serviço de gestores que contribuíram para a implantação do processo de avaliação.

Conforme estudos pesquisados sob o tempo que há de avaliação no ensino superior, isto já se consolidou em diversos países há anos. As idéias expostas têm o intuito de ratificar juntamente com as demais já citadas neste trabalho, no sentido de como podemos implantar o processo avaliativo a partir de aspectos gerais.

Segundo Juliatto (2005) admite inicialmente sobre a importância de “preparar a comunidade universitária para a implantação da avaliação”.

O autor explica que a elaboração da avaliação não deve ser produzida em tempo intempestivo, deve ser cuidadosamente preparada, pois, acarreta em sua inoperância quando aplicada sem a devida atenção.

Em primeiro lugar, os objetivos e a iniciativa de avaliação deve ser entendidos por todas as pessoas envolvidas. Desde os propósitos, procedimentos, metodologias e instrumentos, além das atividades avaliativas e o cronograma exercido pelo projeto avaliativo. Sua elaboração constitui em organização com reuniões, seminários, palestras com especialidades e sugestões criteriosas.

Em segundo lugar, os gestores devem superar os obstáculos e remar contra a correnteza, as resistências que surgem pelo caminho. As instituições compactuam de aspectos negativos que devem ser superados, pessoas entendem que a avaliação será mais uma tarefa do cotidiano provocando pouco entusiasmo com relação à experimentação e inovação.

Em terceiro lugar, a avaliação provocará resistências internas, provavelmente com o corpo docente, certos educadores se sentem invadidos ou ameaçados. Por outro lado a avaliação responsável, busca caminhar a favor da instituição, demonstrar para a sociedade a prevenção, o seu ensino e formação.

Deste modo percebemos que este tema é algo complexo, alguns procedimentos devem ser evitados pelo avaliador, tais como, transparecer emoções fortes, passar uma postura antagônica ou impor algum enfoque primitivo.

Para desfazer-se das resistências que surgem na instituição, torne-se recomendável a clareza com: os propósitos da avaliação, buscar apoio com pessoas chaves dos setores, motivarem os professores, intensificar a comunicação entre as pessoas, e entre a comunidade acadêmica facilitar o envolvimento por parte de todos no processo avaliativo.

A avaliação no que se refere à atividade de ensino tem um papel fundamental do professor, ele é o responsável por conduzir o projeto. Sobretudo, segundo especialistas aconselham-se a equipe de gestão acompanhar este processo.

Os estudantes, entendendo como os mais interessados, no que diz respeito à melhoria do ensino, devem estar envolvidos na comissão de avaliação da instituição. É recomendável a presença estudantil, pois, no contexto geral acaba enriquecendo o processo, proporcionando ao aluno maior compreensão sobre os propósitos, gerando credibilidade e apoio com iniciativa deste porte.

Outro ponto fundamental Juliatto (2005) explica que é necessário “garantir o apoio formal da instituição para a iniciativa”. O autor destaca as autoridades universitárias, o compromisso e o apoio efetivo somando forças para satisfazer as exigências estabelecidas.

A autoridade responsável do setor acadêmico deve apoiar esta iniciativa ostensivamente. Este procedimento e os interesses em comum no qual estão envolvidos acarretam em despesas e as comissões formadas necessitam de apoio logístico para executar o seu trabalho.

Além disso, Juliatto (2005) traz a idéia de que a instituição deve “assegurar a elaboração do projeto adequado de implantação”. Este projeto conforme o autor aponta algumas necessidades fundamentais para garantir sua implementação no processo avaliatório.

Segundo o autor há que criar um elenco para este trabalho: que contenha uma coordenação vigorosa que seja sensível e comunicativa; tenha bom trânsito entre os professores e receba apoio das autoridades universitárias; que criem na instituição concessões mistas no qual agreguem

estudantes, docentes e administrativos; que receba assessoramento técnico; que esteja presente na organização fazendo parte do cronograma; e que tenha garantia de recursos e apoio logístico.

Outra vez, Juliatto (2005) complementa que ao implantar um sistema avaliatório deve-se “começar modestamente”.

O autor ressalta que a avaliação útil e eficaz para instituição é que menos se agrada em grandes projetos. Principalmente no caso das organizações sem experiência, a avaliação interna deve iniciar de maneira simples e despretensiosa, muito importa as experiências bem sucedidas.

Acaba tornando-se um fator decisivo para a expansão progressiva da instituição. De início, acontecer um fracasso pode corresponder a descrédito durante o processo.

Assim sendo, não atrole o processo de implantação, a avaliação interna de modo geral requer aprendizagem institucional, experiência e tempo. Obedecer todos os passos preparatórios e concluí-lo plenamente.

Por prudência, segundo estudos a implantação e incorporação de um sistema avaliatório giram em torno de quatro anos. Ao ser aceito e executado com clareza após esta confirmação, torna-se necessário aprimorar suas atividades realizadas desde o princípio.

Num próximo ponto fundamental Juliatto (2005) explica que devemos garantir sempre o respeito aos aspectos “éticos”.

O autor comenta que inicialmente a avaliação deve apresentar transparência, isto resulta em credibilidade, porém, alguns cuidados merecem atenção, entre eles, descrição na execução, confidencialidade, respeito aos redutos ou setores e acesso restrito a certos dados.

Por último como fechamento desta reflexão sobre a implantação de um sistema avaliatório Juliatto (2005) reforça a idéia de que “a própria forma avaliativa merece permanente crítica e exame.

Conforme o autor o ambiente acadêmico no campo da avaliação apresenta-se como principiante por um lado e perfectível do outro. A instituição que visa o aperfeiçoamento tende a buscar a crítica, o aprimoramento e a revisão periódica de seus métodos e instrumentos avaliativos. Toda atividade avaliativa busca no processo os ajustes necessários, a avaliação tem o papel da melhoria reflexiva na mensuração e o aperfeiçoamento do outro.

Portanto a avaliação de desempenho é um instrumento eficaz que visa à qualidade e a excelência do Ensino Superior. Variados são os seus propósitos, pois, anuncia e acelera o processo de desenvolvimento institucional. A avaliação tem entre seus fins de contemplar crítica e filosoficamente a instituição com a abrangência de conduzir com eficácia e eficiência a educação.

3- A avaliação da aprendizagem

3.1- Avaliação tradicional versus formativa

Geralmente quando falamos em avaliação na escola observamos que ao longo da história houve uma exclusiva centralização no aluno. Os responsáveis de maneira geral mediam o grau de alcance que o estudante obtinha com relação aos mínimos objetivos previstos.

Desta forma, a avaliação projetou-se como um instrumento que visava atender a dois princípios básicos. O primeiro retrata a avaliação como um instrumento sancionador, que tinha o papel de confirmar a aprovação ou reprovação do aluno e, o outro princípio de qualificador, sendo o que permitia o educando ocupar as séries seguintes de sua etapa escolar.

“Basicamente, a avaliação é considerada como um instrumento sancionador e qualificador, em que o sujeito da avaliação é o aluno e somente o aluno, e o objeto da avaliação são as aprendizagens realizadas segundo certos objetivos mínimos para todos”. (Zabala, 1998, p.195)

Conforme diversas reformas educacionais na Europa e depois com desdobramentos na América do Sul, educadores de diversos países não se limitavam a defender apenas a mensuração dos resultados demonstrados pelos alunos.

Posicionavam-se sobre a dimensão da avaliação com a incorporação de alguns princípios elementares, tais como: a questão do processo de aprendizagem que cada aluno representava desde o início de sua etapa

escolar e a consideração do processo coletivo no qual devido às relações sociais permitiam uma construção ética entre os grupos.

Com isso a avaliação ampliou-se o seu campo de visão, estendendo-se para outros setores além da instituição, entre eles, os professores, a equipe de gestão, os alunos sob uma ótica individual e coletiva, os funcionários, a família e a comunidade.

Pensando na sala de aula, a intervenção educativa para avaliação passou a ser entendida como a articulação entre o ensino e a aprendizagem de maneira qualitativa. Podendo atuar sob diversos pontos de vista, por exemplo, professor/aluno, aluno/grupo, professor/classe entre outras formas, ao contrário da forma tradicional que visa apenas os resultados dos alunos.

No ensino, como em outras dimensões existem diversas variáveis que possa garantir ou não a sua consolidação, os problemas encontrados nas escolas no que diz respeito à ineficiência institucional tem demonstrado que não está nas dificuldades em si, mas nos hábitos e costumes que a tradição escolar reforça no seu cotidiano.

Percebemos que a própria avaliação tradicional encarrega-se por empregar duas funções sociais. A função seletiva, no qual o ensino centra-se no aluno e ao longo de sua trajetória somente alguns alcançam a universidade e, a outra função, a propedêutica em que essa manifestação de exclusão institucional, acontece desde os primeiros passos do indivíduo na escola.

Assim sendo, a relação estabeleceu-se entre o sujeito representado na figura do aluno e o objeto nas aprendizagens até alcançar a universidade, retomando a idéia de que o ensino tem o papel sancionador de confirmar o triunfo para aqueles que conseguem passar por todas as etapas até a graduação, e os outros que não conquistaram serão excluídos pelo próprio sistema.

Com o avanço da ciência, percebemos que a função social da escola não é apenas de selecionar alunos até a universidade, mas procurar desenvolver as diversas dimensões humanas, tendo como finalidade a formação integral do aluno no qual cabe ir além das questões cognitivas.

A partir desta nova perspectiva, os conteúdos de aprendizagem passam a ser modificados, no lugar de conteúdos fragmentados são apresentados diversos conteúdos, entre eles, os conceituais, os procedimentais e os atitudinais que objetivam desenvolver a potencialidade de cada aluno.

Sobretudo, ressaltamos que o maior problema não é trazer para a universidade o máximo de meninos ou meninas, mas como desenvolver todas as capacidades na escola para que no mínimo ao se tornarem adultos serem bons profissionais no futuro.

Para atender a esta avaliação há a necessidade de acontecer uma mudança radical na instituição com os conteúdos e a forma de ensino. As aprendizagens previstas fazem parte de uma dimensão qualitativa que abrange diversos campos antes não previstos (cognitivo, motor, emocional), conhecida como avaliação formativa.

Quando pensamos nesta concepção de avaliação, a finalidade do ensino torna-se diferente do modelo anterior no qual se concentrava a atenção apenas nos resultados dos boletins. Seus fins é centrar-se na formação integral do ser humano e suas mudanças são nos conteúdos e no sentido da avaliação que os alunos realizam.

Uma das propostas dirige-se ao objeto da avaliação no qual corresponde o processo de ensino e aprendizagem. Podendo ser desde as classes, os grupos ou cada aluno, a equipe de intervenção, o professor, o gestor ou outro aluno, alguém que o ajude a aprender. Ao contrário da tradição educacional, que corresponde a uma educação uniformizadora no qual busca selecionar os alunos que se adaptaram ao ensino e não o ensino que se adaptaram as diferenças existentes na sala de aula.

Desta forma, o conhecimento das aprendizagens torna-se complexo. Sob a perspectiva da avaliação formativa no qual busca atender níveis mais elevados atuando em diversos campos, já o modelo tradicional permanece aquém do esperado.

O ponto de partida da avaliação formativa consiste no sentido da singularidade de cada aluno que traz para escola, uma bagagem de

experiência vivida com sua família, amigos ou outro ambiente sócio-cultural. Este é o stopim para o trabalho do educador, conhecer e intervir na medida em que se faz necessário.

Assim sendo, o educador cabe entre as suas atribuições, realizar um conhecimento prévio sobre o que o aluno já conhece e quais suas formas de aprendizagens. E para esse primeiro momento chamamos de “avaliação inicial”.

“[...] Portanto, a primeira necessidade do educador é responder as perguntas: que sabe os alunos em relação ao que quero ensinar? Que experiências tiveram ? O que são capazes de aprender ? Quais são seus interesses? Quais são seus estilos de aprendizagem? Neste marco a avaliação não pode ser estática, de análise se resultado, porque se torna um processo. E uma das primeiras fases do processo consiste em conhecer o que cada um dos alunos sabe, sabe fazer e é, e o que pode chegar a saber, saber fazer ou ser, e como aprendê-lo. A avaliação é um processo em que sua primeira fase se denomina *avaliação inicial*”. (Zabala, 1998, p.199)

Logo após esta primeira fase de buscas sobre o conhecimento prévio do conteúdo a ser trabalhado, posteriormente o educador promove tarefas para que favoreça a nova aprendizagem do aluno.

Essas atividades consistem numa proposta hipotética com a elaboração de uma série de atividades em que acontecerão possíveis intervenções por parte do educador. Lembramo-nos que a princípio essas tarefas são modificadas de acordo com a necessidade de cada aluno.

Mais ainda, para sua aplicação são consideradas diversas variáveis, por exemplo, a tarefa, o conteúdo, a forma, o agrupamento, o tempo entre outros, no qual determinará a construção do processo de aprendizagem e a avaliação.

Assim sendo, o conteúdo que cada aluno aprende durante o processo escolar são adaptações oriundas das necessidades de uma avaliação reguladora no qual para outros educadores também conhecida como avaliação formativa. E o termo formativa remete-se a uma concepção de avaliação que sirva para melhor e contínua aprendizagem do aluno.

Por isso, a avaliação representa dentro deste molde um instrumento educativo que tem o papel de informar e valorizar o processo das seqüências que o aluno realiza para adquirir as aprendizagens necessárias na sua formação, ou seja, a educação e seus objetivos centram-se em oportunizar diversas propostas educacionais que representam as mais adequadas para proporcionar a aprendizagem do aluno. Conforme:

“[...] Ao mesmo tempo, esta opção permite reservar o termo formativo para uma determinada concepção da avaliação em geral, entendida como aquela que tem como propósito a modificação e a melhora continua do aluno que se avalia; quer dizer que entende que a finalidade da avaliação é ser um instrumento educativo que informa e faz uma valoração do processo de aprendizagem seguido pelo aluno, com o objetivo de lhe oportunizar, em todo momento, as propostas educacionais mais adequadas”. (Zabala, 1998, p.200)

Levando em consideração o conjunto de atividades atendidas aos objetivos previstos no qual o aluno avançou qualitativamente, o educador busca sistematizar o percurso realizado pelo estudante a fim de analisar o processo e o progresso de cada um. Isso caracteriza em obter os resultados, designado de “avaliação final”, para referir-se ao conhecimento novo adquirido.

Entre outros educadores também conhecemos essa concepção como avaliação somativa, porém segundo Zaballa (1998) explica que a escolha desse termo trata-se do conhecimento e a avaliação de todo o trajeto que o estudante realizou, isto é, uma avaliação de caráter global no qual ao final de todo percurso de uma nova aprendizagem retorna-se a uma avaliação inicial, formativa e final para um novo conhecimento a ser adquirido.

Portanto, a necessidade de avaliar sob uma ótica formativa leva-nos a entender que representa avanços qualitativos tanto para o aluno quanto para o professor, sendo que para o estudante as possibilidades são para desenvolver o maior grau de competências e por parte do professor é o aperfeiçoamento de sua prática educativa.

3.2- Os conteúdos (factual, conceitual, procedimental e atitudinal)

Na escola para procurar atender os objetivos de ensino elaboram-se referenciais básicos que possibilite o desenvolvimento do trabalho docente. Ao mesmo tempo, também o educador prepara os conteúdos de aprendizagens no qual são tarefas ou atividades realizadas pelo aluno, essa dimensão tem seu caráter funcional em que objetiva-se avaliar e acompanhar os avanços do estudante.

Uma das inquietações vivida pelo educador é saber se o aluno traz consigo algum conhecimento que será abordado. Para isso, é indicada uma pesquisa inicial sobre o conhecimento prévio.

Sobretudo, no que se refere ao aluno e ao professor é importante reforçar que nesta etapa a mesma forma de avaliação não cabe para os diferentes conteúdos que serão trabalhados. Por exemplo, para uma instituição que se concentra seu planejamento no conhecimento conceitual, a mesma forma de avaliar não cabe para o conhecimento procedimental e atitudinal.

Por isso, a seguir apresentamos intencionalmente os diferentes conteúdos básicos desenvolvidos dentro das instituições de ensino no qual contempla desde as séries iniciais até o ensino superior.

Para a avaliação de “conteúdos factuais” devemos lembrar que se trata de um conhecimento de algum fato importante e que sua aprendizagem está relacionada a associar fatos e conceitos que se dirige aos objetivos previstos.

Os conhecimentos desses fatos e conceitos podem remeter-se a descrição, a relação, a representação e a conexão de dados que estejam inter-relacionados, isto é, aprendizagem dos fatos deve acompanhar a compreensão de conceitos como: capital, país, processo histórico, características artísticas e etc.

Em virtude do excesso de contingência de alunos em sala de aula, o educador poderá elaborar uma prova escrita, porém seguindo algumas recomendações. Conforme:

“[...] As provas denominadas objetivas podem ser bastante úteis para a avaliação do domínio ou do conhecimento dos fatos, mas se as provas não são exaustivas não nos permitirão saber que tipo de ajuda necessita cada aluno”. (Zabala, 1998, p.203)

Assim o conhecimento adquirido passa a ser um instrumento que revela tanto a concepção quanto a interpretação dos fenômenos que explicam os objetivos previstos.

Na avaliação de “conteúdos conceituais” ressaltamos que se a prova escrita pode determinar o conhecimento de um fato, nem sempre sua confiabilidade é prevista. Há certa precariedade em determinar e avaliar o processo e o grau de aprendizagem sobre esses conteúdos.

Conforme uma tendência ainda vista na escola quando há uma avaliação de conteúdos conceituais reproduz-se sob a forma de conteúdos factuais. Por exemplo, quando se pede que defina um conceito ligado as leis da física, como explica:

“[...] Assim, habitual é, embora cada vez menos, a posição de provas orais ou escritas em que se tem de responder a algumas perguntas que pedem que se defina um conceito, de maneira que a resposta mais adequada é a que coincide exatamente com a definição dos apontamentos de classe ou do livro didático”. (Zabala, 1998, p.204)

Desta forma segundo a proposta formativa, as atividades para avaliação de conteúdos conceituais não devem remeter-se ao aluno ficar repetindo definições já existentes, ou mesmo seguir a tendência de utilizar-se de exemplo para compreender o conceito, isso é seguido de um modelo simplista para explicar o conteúdo.

Então, como apresentar aos alunos avaliações adequadas sobre os conteúdos conceituais? Basicamente o uso de cada conceito tem que estar reservado a diversas situações de aprendizagens de maneira que o aluno possa explicar espontaneamente, podendo ser realizado nos trabalhos em equipe, debates, exposição.

Por outro lado, em alguns casos devido à falta de tempo e número de alunos, por tratar sobre diversos “conceitos” torna-se comum o uso da prova, porém com ressalvas sobre a sua elaboração.

Um dos princípios considerados para elaborar esta avaliação com exercícios, corresponde o aluno fazer uso dos conceitos, por exemplo, pede-se ao estudante uma folha, em que na primeira face escreva com suas palavras se possível adicionando exemplos pessoais o que entendeu sobre o tema, e na segunda face desta mesma folha, realizar a mesma coisa utilizando termos científicos.

Desta forma, o educador terá mais segurança sobre o grau de compreensão de cada conceito, a utilização dos termos científicos e as possíveis intervenções que o aluno será submetido.

Na situação que o educador trabalha com diversas disciplinas, a avaliação inicial dentro desse princípio pode ser utilizada, mas, convém reforçar que busque propor nos exercícios problemas anteriores e que ainda não trabalhou, evite aplicá-la sobre conteúdos que esteja trabalhando no momento.

Na apresentação desta avaliação ao aluno procure trazer mais informações sobre o tema, de modo que o estudante possa compreender o que consiste o problema e suas variáveis.

Como já vimos nas apresentações anteriores, os conteúdos conceituais e factuais necessitam por parte do educador um levantamento do que os alunos já sabem sobre o assunto.

Os “conteúdos procedimentais” a situação é diferente, o objetivo central é perceber o “saber fazer” com o próprio conteúdo proposto, isto é, aprender sobre esses conteúdos, compreender para que sirva e quais são os passos necessários para completar sua realização.

“Os conteúdos procedimentais implicam saber fazer, e o conhecimento sobre o domínio deste saber fazer só pode ser verificado em situações de aplicação destes conteúdos. Para aprender um conteúdo procedimental é necessário ter uma compreensão do que representa como processo, para que serve,

quais são os passos ou fases que o configuram, etc". (Zabala, 1998, p.207)

Para que o aluno desenvolva a capacidade de adquirir este conhecimento, sua forma não se encontra em saber cada conceito, mas, o domínio de transferir o conteúdo para prática.

Nos casos de utilizar as conhecidas "provas", faz-se valer quando for necessário o uso do papel, para demonstrar algo voltado à cognição, caso contrário, o educador deverá preparar o ambiente em que possa observar o aluno no que diz respeito da capacidade de transferir o conteúdo para prática.

Na avaliação de "conteúdos atitudinais" sua elaboração torna-se um pouco complexa para definir o grau que cada aluno se encontra. A composição de componentes afetivos, de condutas e cognitivos retratam algo muitas vezes subjetivo, pois dependendo da instituição são agregados diferentes ideologias e valores.

Mesmo sabendo a importância sobre esse conteúdo específico para escola, torna-se inviável saber de cada aluno com relação ao seu comportamento em situações de conflito. Geralmente podemos coletar informações e verificar os avanços de aprendizagens em atividades de grupos seja na sala de aula, escola, excursões.

3.3- E as notas, o que eu faço?

De modo geral, segundo a relação dos diferentes conhecimentos: factual, conceitual, procedimental e atitudinal. Desde o ensino fundamental até o ensino superior é necessário encontrá-los sob observação cuidadosa para avaliar o grau de desenvolvimento e o processo de aprendizagem alcançada pelo aluno.

Para estabelecer um relacionamento possível faz-se necessário instaurar um clima de confiança entre professor e o aluno no qual a avaliação assume o papel de ajudar o estudante a desenvolver-se. Diferente do modelo

tradicional no qual a prova tem o objetivo simplesmente de aprovar ou reprovar o aluno, incluindo que este exame agrega vícios que oculta os verdadeiros resultados referente à real condição de aprendizagem.

Devemos lembrar-nos que o ensino orientado que visa à formação integral do aluno contribui para uma série de hábitos que reflete entre professores, pais e alunos. Proporcionando um bom clima tanto para a aprendizagem quanto para o ensino.

Além das diferentes fases que constitui a avaliação (inicial, formativa e final) há também de um lado um acúmulo de informações e, do outro pessoas necessitando conhecê-las, o papel do educador cabe informar esses resultados.

Porém, informar sobre os resultados da avaliação existem diversas facetas e inquietações, então o que devemos informar? E a quem devemos informar, sobre os resultados adquiridos? Essas informações são dos resultados do processo, das necessidades e das próprias limitações para serem apresentadas aos grupos, as classes, ao aluno, a família, a administração e a equipe de gestão para colaborem com a aprendizagem.

Normalmente ao chegar às últimas etapas do ano letivo, durante a avaliação final, os educadores deparam-se com situações que não obtiveram êxitos, aluno que se interessam, ou esforçaram ou alcançaram o mínimo previsto.

A escola habitualmente entre a equipe de gestão e professores aumenta ou diminuem as notas do boletim dos alunos em virtude de atender a certa perspectiva política, porém essa medida tem recebido muitas críticas, entre elas, a subjetividade de decidir ou até argumentar sob um pensamento ideológico.

Por exemplo, analisando a avaliação sob um modelo seletivo encontramos uma fórmula simplista de resolver essas questões. O professor considera as disciplinas necessárias de acordo como nível de ensino para poder chegar à universidade e ao longo do percurso vai informando ao aluno se é capaz ou não de alcançar este objetivo.

Desta maneira, pensamos que para resolver este problema devemos resgatar sobre qual pensamento está fundamentado as decisões e o que o sistema educacional representa para a sociedade, não simplesmente julgar tendo como parâmetro conhecimentos superficiais.

Mesmo assim, com as decisões centradas na formação integral do aluno ou seletiva e propedêutica buscando excluir certa contingência de estudantes ao longo do processo, a sociedade aguarda no final da escolarização obrigatória as competências necessárias para atender aos meios de produção.

Com isso, a função do sistema educacional é informar os resultados e proporcionar o maior grau nas competências para que o aluno seja capaz de viver em sociedade.

Então, a razão pela qual diferenciar o pensamento ideológico das reais necessidades durante a avaliação é criar eficiência no sistema de ensino, com medidas educativas que acrescente desde o início das primeiras etapas até o final da escolarização.

Durante o processo cabe aos responsáveis pela educação incentivar, animar, potencializar a auto-estima e estimular o aluno, para que ao final possam apresentar os resultados e falar sobre as competências adquiridas ao longo de cada etapa.

Outras sugestões que podem ser empregadas são: diferenciar o processo do aluno nos resultados obtidos; diferenciar os resultados individuais com relação ao grupo; e diferenciar a administração da avaliação, pois, encontramos muitas vezes um sistema burocrático quantitativo sob uma perspectiva qualitativa integral.

Assim sendo, informar sobre os resultados de aprendizagem dos alunos consiste numa situação complexa, pois, esta função social relaciona tanto com o modelo de ensino quanto com a concepção que se tem de aprendizagem, isto é, não cabe revelar uma avaliação sob uma concepção tradicional para uma concepção formativa.

Conforme o costume nas escolas ficou estabelecido que a informação dos resultados obtidos sobre a aprendizagem do aluno é disposto da mesma maneira a todos os interessados (alunos, familiares, professores, administração). E desta forma algumas inquietações foram surgindo entre os educadores, então, o que fazer com essa informação ao recebê-la? Qual função de tê-la, segundo quem a recebeu?

Entendendo que toda variação metodológica depende das características que envolvem a avaliação e as finalidades que são empregadas no ensino. Propomos uma apresentação de dois modelos que possivelmente as instituições possam estar submetidas.

O primeiro modelo é considerado muito presente na maioria das escolas. Com princípios seletivos e excludentes no qual utilizam como único instrumento de avaliação o boletim de notas e a cada mensuração trata-se de uma disciplina específica.

Para o segundo modelo, sua concepção segue com princípios diferentes do anterior. A escola apresenta uma visão integral da pessoa no qual valoriza os vários segmentos e a quem se destinam as informações sobre os resultados da avaliação dos alunos. Vejamos logo abaixo, quais são esse segmentos e quais sua destinação:

O professor tem todos os dados referentes ao processo que o aluno está sendo submetido, seus avanços e as medidas adotadas. Basicamente respondem do que sabe? Sabe fazer? Como é? Para poder avaliar tanto o seu trabalho quanto o resultado do aluno.

O aluno constantemente é incentivado e estimulado a aprender de modo que esta vivência torna-se indispensável quando o próprio estudante conhece a si mesmo e suas limitações na relação com seus pares. Para que isso aconteça, o educador deve apresentar metas em que o aluno possa alcançar e informá-lo sobre os resultados encontrados.

Os familiares por ser parte indispensável na formação do aluno são visto também como uma ação educativa, no sentido de estimular ou até mesmo impedir o desenvolvimento do aluno. Basicamente é apresentado para os

familiares enquanto informação, o processo seguido e o progresso realizado, de preferência pessoalmente.

A escola e os professores devem ter todos os dados, entre eles, o processo realizado e os resultados obtidos, medidas específicas e incidentes significativos, de modo que ao final todos os professores possam cada um fazer sua própria avaliação.

Para administração o educador deve ser profissional em sua informação de maneira que entendam o caminho e os resultados encontrados. Sabemos que esse setor consiste normalmente ser rodeado de muita burocracia, porém o professor deve fazer entender de maneira clara.

Desta forma, podemos perceber que há diferentes receptores que possuem as informações da avaliação e a educação integral demonstra que todos os alunos podem crescer.

No que diz respeito à instituição que se interesse por essa concepção, a sugestão seria inicialmente modificar os costumes e rotinas que herdamos do caráter seletivo. Pensar na avaliação formativa é sobretudo entender que existe diversas dimensões, não meramente registrar um número e dar significado a todo um resultado complexo.

Apesar da complexa dimensão da avaliação, continua sendo elemento indispensável para o desenvolvimento do ensinar e o aprender. Suas referências e os resultados encontrados estão conectados a uma determinada didática adotada pela instituição.

Assim sendo, o que temos de pressupostos são duas concepções. Uma de caráter fechado em que apresenta pouca margem para transformação que o aluno necessita e a outra concepção de caráter aberto no qual com a participação do aluno e a observação do professor preenche a uma diversidade de competências necessárias para o aluno.

Então, avaliar de maneira diversificada não é apenas oportunizar. A presença desta opção clara proporciona resultados qualitativos para o

educador durante sua avaliação e para o aluno uma garantia de diversas oportunidades de aprendizagens.

Mais ainda, o professor que assume esta prática da atitude de observar e indagar em que faz parte de seu trabalho estabelece confiança necessária para intervir nos momentos que o aluno precise.

E, por outro lado, confiar nas possibilidades dos alunos é algo que deve fazer-se presente no cotidiano escolar. O educador deve ajudar o aluno a alcançar os critérios que são estabelecidos para que o estudante possa realizar sua auto-avaliação, pois perceber sua própria condição possibilita melhoras sobre os seus diversos aspectos.

Para isso, é sugerido combinar o papel que a aprendizagem tem com relação às decisões que o aluno realiza, isto é, quais as implicações deste conteúdo sobre a sociedade e sua vida.

Portanto analisando essa complexidade da dimensão avaliativa percebemos que avaliamos muito mais do que imaginamos. Sentimos que no olhar, na expressão, na recusa, entre outros são indicadores que o aluno tem do seu processo de aprendizagem.

E, entre esse todo da avaliação é sugestivo para o educador descrição e ponderação nos julgamentos, pois o aluno segue com diversas possibilidades de aprendizagens sob a concepção de uma avaliação formativa e não seletiva.

4- Panorama histórico da avaliação do Ensino Superior no Brasil

4.1- Um breve relato Latino Americano sobre o Ensino Superior

Escrever sobre o Ensino Superior no Brasil é um exercício complexo e trabalhoso, o país revela uma diversidade com relação a sua organização e estrutura. Entender o tema abordado implica em analisar o seu contexto, correspondendo à ordem cultural, social, econômica.

Este texto tem o intuito de procurar explicar a história do sistema de Ensino Superior no Brasil atual e alguns de seus conceitos com relação à avaliação. Inicialmente realizaremos, um breve relato sobre um resgate histórico desde o começo das primeiras instituições de ensino até a forma atual e sua organização e configuração, destacando suas divisões institucionais.

Um dos objetivos é levar-nos a refletir sobre essas informações, que trata de uma visão do funcionamento da educação brasileira, em especial o ensino superior. E possa auxiliar a realizar algumas considerações finais e a obter uma perspectiva da avaliação no Ensino Superior no Brasil.

Analisar sobre a educação do Ensino Superior no Brasil requer pesquisar sobre o seu cenário, o contexto, o tempo e o espaço em que está inserido. Necessita estudar sobre o surgimento deste segmento desde o passado até a atual configuração da educação sob uma perspectiva regional e até mesmo intercontinental.

O Brasil pertence ao continente da América Latina e geralmente é percebido por outras nações como um território pobre que agrega um alto nível de desigualdade social e territorial.

Segundo o levantamento do banco mundial a América Latina é o continente que abrange maior índice de desigualdade em renda, serviços, saúde e principalmente educação.

A implantação de universidade neste local tem um peso muito importante, pois torna-se o caminho para a formação de cidadãos. Proporciona uma aliança em busca do compromisso social, diminuição da desigualdade, desenvolvimento econômico e social.

De imediato um dos maiores desafios para esses países latinos americanos é proporcionar uma melhor qualidade de renda para os seus cidadãos de maneira igualitária e equilibrada. Sabemos que o conhecimento avançado provoca o desenvolvimento econômico e necessário para esses mesmos países que emergem como os protagonistas no mercado internacional.

Por outro lado, os países da América Latina de maneira geral realizaram passos importantes para a formação de cidadãos na criação de uma reserva de intelectuais e profissionais e a implantação do mercado de trabalho.

As matrículas para o ensino superior têm aumentado significativamente e expande-se para um público ainda não acolhido, promovendo o acesso de diversificação de oportunidades. Mesmo assim, segundo avaliações ainda é insuficiente para atender a demanda de pessoas principalmente na busca de profissionais para o mercado de trabalho e na formação em nível superior.

As instituições de ensino superior são poucas e as que disponibilizam esse acesso enfrentam diversos problemas. Entre eles, a qualidade dos cursos, a implantação de avaliações seguras que garantam a aprendizagem, a desigualdade regional e o desequilíbrio da qualidade de profissionais qualificados por áreas do conhecimento.

Portanto, entender este cenário específico requer constante observação e acompanhamento do avanço civilizatório, que se manifesta durante a história traçando novos rumos com a criação de novas avaliações para atender modernas necessidades.

Assim podemos perceber que um dos princípios fundamentais para uma avaliação apropriada é a leitura adequada da realidade. É o que permite para a educação resolver os problemas de desequilíbrios sociais que afetam o bem estar da população.

4.2- Breve relato da história da universidade brasileira

Segundo historiadores a universidade no Brasil surge no início do século XX, com a formação da elite que edificou as instituições sob um modelo europeu durante o período entre 1500 a 1900. Sendo esse modelo, a primeira avaliação imposta como um divisor entre as classes sociais da época foi que apenas uma pequena parcela da população poderia frequentar esse nível de ensino.

O movimento histórico brasileiro era conturbado politicamente. O fruto desta incorporação educacional no país emergiu de organizações, institutos isolados e faculdades específicas em que a primeiro momento apontou características fragmentadas e frágeis.

Ao compararmos as universidades brasileiras com relação à diferença histórica das instituições de outros países da América Latina percebemos que, somos iniciantes neste aspecto, principalmente no que se refere à avaliação da aprendizagem.

Na época de sua implantação houve uma avaliação da necessidade da formação profissional e qualificação para três áreas do conhecimento: a engenharia, a medicina e o direito.

Essas universidades fixavam-se nas grandes metrópoles do Brasil em regiões que havia maior poder econômico. Mais uma vez, a avaliação estendia a um grupo ainda mais restrito de pessoas, que frequentavam e apropriavam-se desse novo conhecimento.

No Brasil fundou-se a primeira Universidade em 1920 no Rio de Janeiro, denominada Universidade do Rio de Janeiro. A partir daí, o ensino despontou para um novo rumo.

A educação superior cravou uma nova era anunciando essa transformação com a implantação da universidade no país em que surgiram vários momentos importantes relativo à história do Ensino Superior no Brasil. Vejamos:

O primeiro período as universidades basicamente deram maior ênfase avaliatória ao ensino do que propriamente a investigação científica. As instituições de ensino eram completamente elitistas com presença marcante sob orientação profissional.

O segundo período resultou cerca trinta anos, no qual iniciou em 1930 com a revolução industrial no país até 1964 com o golpe militar. Nessa época foi quando implantou cerca de vinte universidades federais e a Universidade Pública Estadual (USP) em 1934 no Brasil.

A contratação dos professores concentrou-se na origem européia. De um lado tratava-se de um continente referencial de educação e portador do conhecimento mundial, por outro lado no país não havia profissionais qualificados para atender a demanda. Delineando uma perspectiva de avaliação trazida de outra cultura para ser implementada no país.

Com isso, houve a expansão do sistema Público Federal do ensino superior no Brasil. E concomitantemente surgiram as universidades religiosas (católica e presbiteriana).

Poucos anos após o golpe militar, em 1968 iniciou-se no país uma nova fase na educação do ensino superior. Um momento direcionado a reforma universitária no qual tinha como base em suas propostas: a eficiência administrativa, a estrutura departamental, a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão. Na década de 70 impulsionaram os primeiros cursos de pós-graduação no país e possíveis realizações no exterior com aceitação do corpo docente brasileiro.

Com a elaboração da Constituição Federal em 1988 e a homologação das leis que passaram a regular o ensino superior, estabeleceram o atendimento a outras necessidades básicas, tais como: flexibilizar o sistema, reduzir o papel do governo e ampliar e melhorar o processo de avaliação com objetivo de elevar qualidade de ensino.

Portanto, a partir desse contexto histórico que surgiram e desenvolveram as instituições de Ensino Superior no Brasil. Buscando atender o mercado de

trabalho com a formação de profissionais qualificados e, ao mesmo tempo, criar sua própria identidade de sistema educacional.

4.3- O sistema de ensino superior no contexto atual

O Brasil é um dos principais países da América Latina. Considerado a décima maior economia no mundo, contém proporções continentais pela sua expansão territorial e aumento crescente da população.

A realidade da instituição do ensino superior remete-se a um sistema complexo e ao mesmo tempo diversificado no qual exhibe constantes mudanças e expansão em seus programas e que está próximo a homologar uma regulamentação sobre a própria reforma educacional.

Por tratar-se de um sistema amplo e com diversas faces, analisar sobre a instituição do ensino superior brasileiro torna-se necessário conhecer suas divisões e classificações que são indispensáveis para implantação de um sistema de avaliação eficaz.

Nesse contexto geralmente surge à confusão na nomenclatura das denominações das instituições de ensino e não percebem que essas organizações não dão conta de sua missão. Pelo seu caráter institucional e por conta de que nem todas são universidades.

É comum em debates dessa temática a redução contínua da distinção entre o ensino público e privado, prevendo que essas instituições são todas iguais. E na verdade, ignoram o fato de que essas organizações apresentam uma diversidade e riqueza.

No momento que a sociedade consegue avaliar esta realidade de ter em seu território uma diversidade e riqueza de instituições de ensino superior, levamos a entender sua classificação, não com o objetivo simples de enquadrá-la num sistema, mas respeitar a sua identidade inserida em diferentes realidades.

Segundo Steiner (2006) deixa muito claro essa inquietação sobre a organização institucional com as seguintes perguntas “Quais instituições

deveriam ser agrupadas nas mesmas categorias no universo do Ensino Superior? Quais são as semelhanças e diferenças dessas categorias? Como caracterizar suas missões?”

Conforme o Ministério da Educação e Cultura (MEC) para efeito estatístico no que se refere ao ensino superior classificam as da seguinte forma: entre Públicas (federais, estaduais e municipais) e Privadas (comunitárias confessionais, filantrópicas e particulares).

Entendendo que se o Ministério da Educação determinou a categorização do Ensino Superior no Brasil é fundamental compreender a forma mantenedora de cada modelo institucional.

O sistema de ensino superior público é mantido pelo poder público alocado em nível federal, estadual e municipal.

Tratando-se da instituição pública Federal, mantém-se pelos recursos públicos no qual o governo federal é o seu principal financiador. O seu ensino é gratuito e uma pequena porcentagem enquadra-se no orçamento global diretamente arrecadado pela instituição.

As instituições estaduais seguem um caminho semelhante, o governo estadual é o seu principal financiador. Seu ensino também é gratuito e suas organizações concentram-se na região sudeste, com grandes universidades no qual seus programas de ensino e pesquisa são avaliados como os melhores do país.

Mais ainda, essas instituições estaduais normalmente são financiadas por fundações estaduais de apoio a pesquisa. É um meio de captação de recursos no qual se dirige a cursos de extensão ou prestação de serviço.

As instituições municipais possuem o apoio tecnológico pelo governo municipal, contudo comparado com as formas anteriores há um significativo número reduzido. Contudo, segundo pesquisas realizadas dessa natureza sobre o ensino superior público concentra-se em universidades, faculdades e centros educacionais tecnológicos em todo país.

O sistema de ensino superior privado tem enquanto financiador de sua organização o pagamento de mensalidade de seus alunos, tanto para os cursos de graduação quanto para os cursos de pós graduação. Algumas instituições agregam uma espécie mantenedora no qual normalmente são membros da comunidade ou de ordens religiosas.

Outro fator diferente das instituições públicas com relação às particulares, é que a instituição de caráter privado não recebe recursos públicos. Sua subdivisão por categoria concentra-se em comunitária, confessionais, filantrópicas e particulares.

A instituição de caráter comunitário pode ser laica ou confessional. Quando é uma instituição laica entende-se como sem fins lucrativos e os seus recursos provêm de financiamentos de membros da comunidade mais a mensalidade do aluno. As instituições confessionais seguem um modelo semelhante, sua diferença é pertencer a uma ordem religiosa ligada a uma congregação.

O que diferencia o sistema de ensino superior: confessional, comunitário e filantrópico. São as isenções fiscais que utilizam. Entendem-se como uma organização sem fins lucrativos. Significa que os seus resultados geradores de recursos devem ser utilizados nelas mesmas não podendo haver uma distribuição dos lucros como outros segmentos da sociedade.

Conforme Schwartzman (2006) há dois tipos de isenções fiscais. Uma trata-se sobre o imposto de renda para as instituições sem fins lucrativos. A outra, a isenção sobre a contribuição da seguridade social a instituições beneficentes, conhecida como filantrópicas. De utilidade pública no qual as aplicações dos resultados obtidos remetem-se a manutenção e o desenvolvimento delas mesmas.

A instituição beneficente tem enquanto características oferecer descontos de 50% a 100% da mensalidade a alunos carentes para cursos graduação e estende a outras áreas dentro da organização.

No setor privado temos ainda as instituições particulares, neste caso com fins lucrativos. A maior parte financiada pelos próprios proprietários ou

mantenedores em que boa parte não são oriundos da educação. Sua origem muitas vezes provém de campo empresarial ou político. Desta maneira, esta situação leva-nos a certas preocupações que a educação poderá não tornar-se um bem público, mas, um negócio lucrativo de mercado.

Assim, este cenário atual propõe duas possíveis interpretações. De um lado, que possivelmente haverá uma demanda para sociedade de oportunidade ao acesso para o ensino superior, e por outro lado a outra hipótese de uma perda de qualidade significativa nos cursos oferecidos a população.

Quando pensamos nos recursos financiados pelo setor privado no Ensino Superior, observamos que apresentam dados consideráveis, por exemplo, o Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) representa o dobro que o governo federal gasta com relação às Instituições de Ensino Federais.

Desta maneira, leva-nos a pensar sobre um forte crescimento do ensino privado no Brasil nos últimos anos. Segundo o próprio Censo de Educação Superior relativo ao período de 1999 a 2001, enquanto houve uma redução de 20% das instituições comunitárias, confessionais e filantrópicas a instituição particular cresceu cerca de 72% as particulares.

Ao mesmo tempo, ao analisar essa expansão do sistema privado do Ensino Superior, temos que observá-lo com cautela. A universidade brasileira encaminhou-se para esse processo de privatização por conta da escassez dos recursos públicos causado pela deteriorização de salários, instalações e equipamentos. Em que de certa maneira proporcionou um aumento na procura do ensino superior para as instituições particulares.

Hoje o Ensino Superior precisa do “setor privado”. O Ministério da Educação reconhece e incentiva essa expansão, pois, o maior contingente de alunos de graduação concentra-se neste segmento particular.

Podemos perceber isso com maior precisão pelo retrospecto entre 1994 a 2001 no qual a instituição particular cresceu mais do que 100% no território nacional e as instituições públicas aproximadamente apenas a metade.

Contudo, analisando esse assunto sobre expansão do ensino superior não podemos esquecer que ainda existem problemas. Por exemplo, a questão da insuficiência de vagas no qual entre os países da América Latina, o Brasil destaca-se entre os últimos.

Por outro lado, a criação de novas universidades, centros universitários credenciado e as faculdades integradas vêm crescendo. Segundo alguns especialistas pelo fato do aumento de demanda de vagas do ensino médio.

Com isso, criam-se possibilidades para o aumento de vagas no ensino superior no qual surgem duas forças propulsoras: a necessidade do mercado de trabalho que busca encontrar profissionais qualificados e novas aspirações culturais para os jovens do ensino médio interessar-se por algo ainda não estimulado com tamanha grandeza.

Agora, um fato importante é que o crescimento e a manutenção do setor privado devem-se aos pagamentos dos alunos em que as fontes de financiamento concentram-se no crédito educativo, na bolsa de estudo e no investimento individual do aluno.

Ao mesmo tempo, é bom frisar que este crescimento elevado da instituição do ensino superior poderá não durar muito, pois, o potencial dos alunos com condições financeiras suficientes para pagar os seus estudos não está assegurado.

Portanto, existem fortes evidências com relação à concorrência neste setor. As prováveis alternativas pela manutenção dos alunos neste segmento são criar faculdades para o ingresso dos educandos, procurar garantir a qualidade dos cursos oferecidos por intermédio de avaliações contundentes e propor programas diferenciados correspondendo a inseri-los internacionalmente.

4.4- A instituição de ensino superior e sua organização acadêmica

Segundo Cristovam Buarque (2003) mesmo sendo criado um sistema federal brasileiro e a implantação de um sistema avaliatório, a universidade brasileira ainda não é um sistema.

Para funcionar como tal, são indispensáveis regulamentos que abranje toda universidade desde as graduações até as produções científicas, nos diversos segmentos institucionais no qual evitem as dispersões e garantam conjuntos harmônicos e a autonomia de cada entidade, principalmente pela avaliação institucional e de aprendizagem.

Pela complexidade e dificuldades encontradas há várias organizações envolvidas na elaboração dessas necessidades. Atualmente o que é apresentado são conjuntos de universidades sem um sistema integrado. O governo federal intencionalmente propôs uma reforma do ensino superior que prioriza a construção desse sistema universitário brasileiro.

Mesmo assim, diante das considerações o sistema do ensino superior atual é organizado e regulamentado pela LBD 9394/96 no qual segue com o mesmo molde para os diversos tipos de financiamentos nas instituições do ensino superior, (definidas pela lei nº 3860 de 9 de julho de 2001). Sendo atendidas as Universidades, Centros Universitários, Faculdades e Faculdades Integradas, Institutos e Escolas Superiores, e Centro de Educação Tecnológica.

Desta maneira, torna-se indispensável conhecer a partir dessas classificações: o significado, a missão e o caráter de cada categoria. Esta diversificação encontrada no sistema superior de ensino não é elaborada a esmo, procura responder e avaliar diversos fatores. Entre eles, as transformações do mercado de trabalho, a massificação do ensino e os altos custos nas pesquisas. Algo que atualmente é impossível todas as instituições manterem esse desenvolvimento.

A inviabilidade de recursos humanos e financeiros acaba diferenciando-se de cada tipo de instituição, devido alguns aspectos, tais como, a demanda de alunos, a absorção do mercado, e o espaço do crescimento educacional.

Assim, diferentes necessidades acarretam em respostas distintas, não apenas para os produtos e serviços, mas, para diferentes instituições ou modelos de ensino superior.

Entendendo a inviabilidade de um sistema único, destina-se então compreender a conceituação de cada modelo proposto pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC), baseado na LDB 9394/1996:

“Art. 43. A educação superior tem por finalidade:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição”.

Procurando atender esses objetivos a Instituição de Ensino Superior pública ou privada compromete-se a ministrar com a oferta de vários graus e abrangência de cursos superiores a partir de interesses institucionais.

Segundo os pareceres do Conselho Nacional de Educação, reconhece essas variedades de objetivos no ensino superior. Podendo apresentar-se no ensino de graduação de múltiplas áreas, no ensino de pós-graduação lato-sensu e stricto-sensu, em prestações de diferentes serviços e a comunidade.

Assim, tanto o perfil quanto a missão da instituição é definido pela sua classificação segundo os diferentes tipos de estabelecimentos de ensino superior.

A princípio a universidade segundo a própria Constituição Federal, exclusivamente há que respeitar a relação permanente entre o ensino, pesquisa e extensão.

Conforme a Lei de Diretrizes e Base da Educação (1996) a universidade é uma instituição pluridisciplinar no qual requer dispor de formação de quadro de profissionais de nível superior, pesquisa e investigação, extensão e domínio cultural do saber humano.

Ademais, possuir produção intelectual institucionalizada no qual um terço do corpo docente titulado em nível de mestrado e doutorado, um terço do corpo docente a serviço da instituição em tempo integral. E mais ainda, a universidade deve dispor de autonomia didática, científica e administrativa. No que se refere à abertura de novos cursos superiores a universidade estão dispensada de solicitar sua autorização ao poder político.

Segundo avaliação do Instituto Nacional de Pesquisa em Educação – INEP (2006), que informa sobre o censo relativo ao ensino superior no Brasil, há cerca de 2013 instituições de ensino superior no qual 169 são universidades, estabelecida da seguinte forma: 60 universidades comunitárias, confessionais ou filantrópicas, e 83 públicas entre as redes federais, estaduais e municipais.

Os Centros Universitários são compreendidos como instituições multicurriculares no qual procuram dispor de educação de excelência e autonomia nos cursos e programas de educação superior. Estão dispensadas para autorização de oferta ou novos cursos, porém, são submetidos a desenvolverem efetivas realizações em pesquisas.

Para composição de qualidade de ensino são relacionados aspectos como: a infra-estrutura, o corpo docente e a relevância profissional nas áreas, práticas investigativas que submetam o desenvolvimento autônomo do aluno, constantes aperfeiçoamentos para o corpo docente, estágio supervisionado,

prestação de serviço a comunidade, levantamento bibliográfico e, elaboração de trabalhos teóricos ou descritivos de alunos sob orientação docente.

Sua distribuição nacional é classificada pelo INEP (2006), correspondendo 44 instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas, 60 particulares e apenas 3 públicas.

As Faculdades e Faculdades Integradas são instituições multicurriculares em que de maneira comum dispõe de um regime unificado, seu controle corresponde a uma administração central. E os Institutos de Educação Superior são dirigidos a formação de professores.

As Faculdades Integradas, Faculdades Isoladas, Escolas Superiores e Institutos Superiores não agregam plena autonomia institucional requer a solicitação aos órgãos públicos para a autorização de novas ofertas a cursos superiores.

Segundo o INEP (2006) no Brasil há cerca de 282 faculdades comunitárias, confessionais, ou filantrópica, 84 públicas e 1222 particulares.

Os Centros de Educação Tecnológicos são instituições de educação que agregam cursos de nível básico, técnico e tecnológico composto pelo nível de sua escola secundária e capacitação pedagógica a professores e especialistas.

Conforme o INEP (2006) no Brasil há cerca de 2 centros comunitários, confessionais ou filantrópicos, 49 públicos e 93 particulares.

Portanto pela análise das informações e dados obtidos pelo INEP (2006), podemos avaliar que no Brasil a oferta de cursos superiores consiste em universidades e não universidade. E conforme a estrutura já implantada no país o maior número de estudantes estão matriculados no setor privado.

4.5- Estruturas dos programas de ensino superior

Além do conhecimento das características administrativas e da organização acadêmica no Ensino Superior no Brasil faz-se saber que é

indispensável compreender as atividades de formação que são oferecidos pela instituição.

Conforme os avanços e transformações que compõem os novos cenários e diferentes contextos da educação do ensino superior a cada momento as instituições preparam-se com avaliações para acompanhar essas mudanças.

Segundo o art. 44 da LDB 6364/1996 temos definido a forma pela qual se desenvolvem esses cursos e programas:

“I. seqüenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino;

II. de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente, ou tenham sido classificados em processo seletivo;

III. de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamentos e outros, abertos a candidatos diplomados em curso de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino;

IV. de extensão, abertos a candidatos atendem aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino”.

Um fato marcante a partir desta legislação, é que de certa maneira ocorreu uma expansão de oferta dos cursos de ensino superior a públicos ainda não alcançados anteriormente.

Proporcionando uma diversificação de diferentes modalidades de ensino em cursos oferecidos pelas instituições. E essa diversificação proporcionou uma flexibilização tanto nos cursos de graduação e em seus currículos quanto nos demais cursos.

O que podemos perceber é que a fortaleza das instituições do ensino superior são os cursos de graduação no qual os concluintes de ensino médio e participantes do processo seletivo inserem-se neste segmento educacional. Ao realizarem todo processo os alunos recebem o diploma de bacharel,

licenciatura ou profissional no qual se torna habilitado para exercer a profissão escolhida.

Os cursos de extensão são oferecidos a comunidade de preferência sem pré-requisitos, no qual os estudantes ao final recebem um certificado de participação equivalente ao nível de atividade desenvolvida.

Para os cursos de pós graduação as instituições de ensino superior no Brasil oferecem uma ampla variedade de opções no qual representa um nível qualificado e desenvolvido nos cursos oferecidos em países da América Latina.

São apresentados segundo diferentes níveis de estudo, tais como, cursos de especialização, mestrado profissional, mestrado ou doutorado acadêmico.

Conforme a LDB (1996) os cursos de pós graduação são dirigidos a quem já concluiu uma graduação, porém, Instituições de Ensino Superior possuem prerrogativas de exigências complementares compatível para a área de formação.

As Universidades e Centros Universitários possuem autonomia na elaboração e implantação de programas e cursos de mestrado ou doutorado. As instituições não universitárias estão sujeitas a avaliação sob legislação e requisição de autorização do Ministério da Educação e Cultura (MEC) para o seu funcionamento.

O curso de especialização confere título de especialista na área de conhecimento escolhido, composto geralmente com uma carga de 360 horas. Esses cursos não são sujeitos a supervisão ou avaliação da CAPES e não requer autorização ou reconhecimento externo, porém, sua implantação é conduzida por órgãos de colegiados superiores internos que concedem a autorização para a oferta de novos cursos.

O estudante que busca realizar o mestrado profissional encontra: estudos e técnicas de alto nível para sua qualificação profissional e aceitação de mesmo grau do mestrado acadêmico no qual também permite a docência

no ensino superior. Mais ainda, desde que reconhecido previamente apresenta validade nacional e busca responder as necessidades sociais.

Entre as ofertas de cursos de pós-graduação percebemos também os denominados MBA, considerados cursos de especialização que até pouco tempo houve um crescimento considerado.

Por conta deste aumento significativo de cursos MBA no intuito de zelar pela qualidade, em 3 de abril de 2001 o Ministério da Educação sancionou uma regulamentação.

Os cursos MBA passaram a ser classificados como: cursos de especialização, com cumprimento mínimo de 360 horas, envolvendo no mínimo 50% de professores mestres ou doutores e ao final a realização de uma monografia ou dissertação. As instituições credenciadas que passaram a atender a distância, necessitam de aprovação do governo federal no qual o curso deverá conter provas presenciais e defesas de monografia ou trabalho de conclusão de curso.

O curso de mestrado geralmente é realizado em dois anos em que ao final, o aluno para obtenção do título realiza uma dissertação e defesa de sua temática em banca examinadora formada por especialistas da área.

No curso de doutorado seu período é maior. A temática consiste numa pesquisa inédita no qual com a elaboração de uma tese inovadora defendida publicamente aprovada pela banca examinadora, o aluno recebe seu título de doutor.

Desta maneira podemos perceber que a expansão das instituições de ensino superior no que retrata a pós-graduação exhibe a mesma intenção entre os cursos de graduação, a sua orientação legal vigora-se pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

Podemos perceber que a educação superior brasileira demanda de inúmeras transformações que compactue com os avanços do novo cenário mundial. Atualmente o Brasil para avançar neste aspecto requer ofertas com

mais capacidade com cursos que atendam a população. Um dos pontos em destaque é a expansão das instituições públicas ainda não atendidas.

Portanto, o cenário educacional atual segue por um momento delicado. As tensões entre o setor público e privado, o financiamento estudantil, a autonomia da universidade e a avaliação de qualidade requer maior atenção entre o setor político e educacional do país.

5- Discussões e Conclusões

Neste trabalho podemos perceber que a avaliação é fundamental para o desenvolvimento e o aperfeiçoamento institucional. Apresenta-se como um instrumento indispensável para todas as pessoas responsáveis por esse segmento político e social.

No intuito de responder ao problema de pesquisa: De que forma as dimensões da avaliação formativa e de políticas públicas contribuiu para o Ensino Superior no Brasil atual? Compomos esta pesquisa em quatro capítulos, que entendemos como fundamentais para procurar responder e atingir nossos objetivos.

Para melhores esclarecimentos procuramos levantar alguns pontos importantes de cada capítulo no intuito de garantir um entendimento claro nas relações estabelecidas entre as afirmações elencadas.

No primeiro capítulo há uma abordagem da concepção da avaliação desde sua esfera político social, isto é, um olhar que ultrapassa a própria instituição e estende-se a toda sociedade.

No segundo capítulo propomos um olhar sobre as políticas públicas em avaliação. Este segmento traz um panorama em que os gestores e os professores se encontram a favor de uma avaliação em busca da excelência.

No terceiro capítulo pesquisamos sobre a avaliação da aprendizagem, um olhar dirigido às questões fundamentais da avaliação dentro da sala de aula, independente qual seja o nível de ensino.

E o quarto capítulo, uma focalização de qual nível de ensino esteve voltado este trabalho e a relação com alguns traços históricos do Ensino Superior no Brasil com relação à avaliação.

Na proposta de tornarmos mais claro em nossas premissas, sugerimos três aspectos fundamentais que percorrem pelos quatro capítulos: "avaliação", "os educadores" e a "educação".

No aspecto “avaliação”, o primeiro capítulo reforça a idéia de que no processo avaliatório o avaliador também deva ser avaliado e que a todo o momento necessário a avaliação deve ser reconstruída, pois, devido às inúmeras transformações internas causadas nos seres humanos, leva-nos a necessárias adaptações e ajustes para proporcionar uma educação de qualidade.

Considerando este mesmo aspecto, no segundo capítulo trazemos a idéia de que a “avaliação” é importante e necessária no processo educacional. Propomos a auto-avaliação como uma sugestão fundamental dentro da instituição de ensino, pois, provoca mudanças internas em busca de melhorias contínuas para uma educação eficaz.

No terceiro capítulo observamos a “avaliação” e sua construção histórica dentro da instituição. Influências históricas que resistem até o presente momento e novas perspectivas que almejam a construção do conhecimento. De um lado uma concepção tradicional interferindo no desenvolvimento e, do outro lado, uma concepção formativa, envolvendo todos os responsáveis pela educação na formação das pessoas.

No quarto capítulo temos um panorama da influência da “avaliação” na vida das pessoas, percebemos que desde o início do século XX a educação do ensino superior era dirigida há uma pequena parcela da população, apenas essa mesma parcela tinha acesso a este nível de ensino, destacando a avaliação como algo desagregador, envolvendo somente parte da elite brasileira.

Mais adiante neste mesmo capítulo, com os avanços tecnológicos e científicos permitiram-nos perceber que ao longo do tempo houve uma oferta significativa de vagas a públicos ainda não atendidos a este nível de ensino. Por outro lado, com aumento da oferta e da demanda, emergiram problemas de sistematizar uma avaliação contundente nos processos institucionais e de aprendizagens em todo país.

Para o aspecto “educadores”, no primeiro capítulo elencamos a necessidade de agregar além do conhecimento formal relativo à ciência, o

conhecimento político, pois trata da função social do conteúdo que está sendo realizado. Algo como o professor ter compromisso e conhecedor da metodologia aplicada é fundamental para o bom desempenho do aluno e do seu próprio trabalho enquanto educador. E, proporcionar a aplicabilidade desse conhecimento na sociedade complementa a função da manutenção e dos avanços civilizatórios.

No segundo capítulo nos traz a liderança docente como fundamental para a implantação e a manutenção de um sistema avaliatório que busque a qualidade institucional. O educador exerce um papel multiplicador dos valores da instituição de ensino.

No terceiro capítulo, chama-nos a atenção que os “educadores” para alcançarem seus objetivos devem assumir a sua prática docente, ter a atitude de observar e indagar sobre os processos que se submetem. E algo mais, confiar nas possibilidades de seus alunos.

No quarto capítulo, “os educadores” no início da universidade brasileira eram de origem européia, procedência que provocou uma importação de concepções de ensino e avaliação. Em um país que não havia um sistema de ajustes necessários que garantisse a qualidade de ensino respeitando suas regionalidades.

Para o aspecto “educação”, no primeiro capítulo observamos diversas dimensões do indivíduo requerendo a emancipação política, isto é, liberdade de construir e reconstruir o conhecimento de maneira que a sociedade tenha melhor qualidade de vida.

Mais adiante, neste capítulo elencamos a democracia não como ideal forma de governo, mas, como uma maneira administrativa da relação de poder, ou seja, educar é um ato político que tanto pode provocar uma transformação social quanto a manutenção de uma sociedade desigual. Neste aspecto o capitalismo é percebido por pesquisadores de diversas áreas como o eixo da competitividade dentro e fora da escola, levando a sociedade a reforçar a idéia da exclusão social.

No segundo capítulo, a “educação” é constituída sob uma visão capitalista, tornando-se um produto e/ou serviço para consumidores denominados empresas e alunos. Com isso, a instituição educacional que em longo prazo queira permanecer dentro deste mercado econômico, deve definir com clareza o seu compromisso social no qual nem sempre está dirigida a sociedade de maneira igualitária.

A educação moderna junto com seus representantes observa este cenário como um ganho extra no mercado mundial no qual tem intuito de aperfeiçoar e reduzir seus custos e ampliar e multiplicar seus lucros.

No terceiro capítulo, trazemos como destaque a influência da “educação” tradicional no mundo moderno. Elencamos que os diversos problemas da educação podem não se encontrar no conhecimento ou falta dele, mas, nos maus hábitos e costumes que lidamos no cotidiano. Essa concepção tradicional agrega um caráter fechado no qual gera pouca margem para a transformação social.

No quarto capítulo sob o aspecto “educação” leva-nos a pensar sobre a necessidade de conhecer o contexto do ensino superior no Brasil. Para propor novas alternativas faz-se necessário ter uma visão panorâmica e fundamentada dos fatos que se desenrolaram durante a história.

O aumento atual e significativo de instituições de ensino, mesmo não sendo suficientes, já agrega inúmeros problemas, tais como: a baixa qualidade de ensino, a falta de profissionais qualificados e a ineficiência da avaliação institucional e de aprendizagem.

Outro fator determinante é a falta de compreensão sobre as diversas faces ensino superior, pois, nem todas as instituições são universidades. Provocando um conflito em atingir suas missões e repercutindo em distorções nas avaliações.

Mais ainda, neste mesmo capítulo mencionamos que a “educação” mais uma vez tornou-se um produto e/ou variedades de serviços prestados a sociedade, resultando em algo lucrativo para os mantenedores e empresas subjacentes.

Concluiu-se que, além da dimensão da avaliação formativa no qual corresponde a relação educador – educando, há também a dimensão das políticas públicas em que agrega uma visão institucional e dos poderes públicos. Elas são intrínsecas e norteadoras seja para a consolidação dirigida à transformação social ou mantenedoras de “status” para algumas camadas sociais.

Percebemos que o conhecimento científico é enriquecedor culturalmente, porém, o conhecimento político envolvido com o professor que busca incluí-lo de maneira educadora na formação de seus alunos é transformador, criador e emancipatório.

Portanto, as contribuições de ambas as dimensões sabendo que o ensino superior no Brasil é à base da formação intelectual do país contribuem com relação aos interesses econômicos e políticos em que estão envolvidos. Elas são oriundas das camadas sociais que movimentam os processos educacionais para alcançar determinado fins.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CATANI, Afrânio M. e OLIVEIRA, João F. **Educação Superior no Brasil – Reestruturação e metamorfose das Universidades Públicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

CATANI, Afrânio M. e Oliveira, João F. **Educação Superior no Brasil – Reestruturação e metamorfose das Universidades públicas**. Petrópolis, RJ: Vozes. 2002.

DE SORDI, Mara Regina Lemes. **Alternativas propositivas no campo da avaliação**: por que não? In: CASTANHO, Sérgio e CASTANHO, Maria Eugênia L. M. (Orgs.) *Temas e textos em Metodologia do Ensino Superior*. Campinas, SP: Papirus, 2001.

DEMO, Pedro. **Avaliação sob o olhar propedêutico**. 5. ed. Campinas, SP: PAPIRUS, 2003.

_____. **Avaliação qualitativa**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação da Educação Superior**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação da Educação Superior**. Petrópolis, RJ: Vozes. 2000.

JULIATTO, Clemente Ivo. **A Universidade em busca da Excelência**: um estudo sobre a qualidade da educação. 2. ed. Curitiba, PR: Champagnat, 2005.

LEITE, Denise. Aprendizagens do estudante universitário. In: LEITE, Denise; MOROSINI, Marília (Org). *Universidade Futurante: Produção do Ensino e Inovação*. Campinas, SP: Papirus, 1997.

LUDKE, Menga, SALLES, Mercedes M. Q. Porto. **Avaliação da aprendizagem na educação superior**. In: LEITE, Denise B. C., MOROSINI, Marília. (Orgs.) *Universidade Futurante – produção do ensino e inovação*. Campinas, SP: Papirus, 1997.

MASSETO, Marcos Tarciso. **Competência pedagógica do professor universitário**. São Paulo, SP: Summus, 2003.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; WACHOWICZ, Lílian Anna. Avaliação formativa no ensino superior: que resistências manifestam os professores e os alunos? In: ANASTASIOU, Leia. das Graças Camargo e ALVES, Leonir Pessate. **Processos de ensinagem na universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula**. Joinville, SC: UNIVILLE, 2003.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2000.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre, RS: Artmed. 2007.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

DEMO, Pedro. **Ensino Superior no Século XXI**: Direito de Aprender. Disponível em:

DOMINGOS, Fernandes. **Para uma teoria da avaliação formativa**. Disponível em:

<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/rpe/v19n2/v19n2a03.pdf>. Acesso em 11 de dez. 2009.

<http://www.iea.usp.br/tematicas/educacao/superior/autonomiafinanciamento/schwartzmanfinanciamento.pdf>. Acesso em 10 dez. 2009.

<http://www.pucrs.br/reflexoes/encontro/2005-3/documentos/04-Ensino-Superior-no-Seculo-XXI-Pedro-Demo.pdf>. Acesso em 10 mai. 2010.

Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Disponível em:

SCHWARTZMSAN, Jacques. *O Financiamento das Instituições de Ensino Superior no Brasil*.

STALLIVIERI, Luciane. **O processo de internacionalização nas instituições de ensino superior**. Disponível em:

http://www.ucs.br/ucs/tplCooperacaoCapa/cooperacao/assessoria/artigos/processo_internacionalizacao.pdf. Acesso em 2 mai. 2010.

STALLIVIERI, Luciane. **O sistema de ensino superior no Brasil**: características, tendências e perspectivas. Disponível em:

http://www.ucs.br/ucs/tplCooperacaoCapa/cooperacao/assessoria/artigos/sistema_ensino_superior.pdf. Acesso em 20 set. 2009.